lapsus

Revista dos Associados do IPB



#27

Novembro - 2026

Instituto de Psicanálise da Bahia

ASSOCIADO AO CAMPO FREUDIANO (PARIS)

lapsus

Revista dos Associados do IPB

#27

Instituto de Psicanálise da Bahia
ASSOCIADO AO CAMPO FREUDIANO (PARIS)

lapsus

Revista dos Associados do IPB

PUBLICAÇÃO DOS ASSOCIADOS DO IPB
ISSN 2675-4444
NOVEMBRO 2026

Publicação do Instituto de Psicanálise da Bahia
Av. Anita Garibaldi, 1211. Ed. Central Pinheiro. Ondina.
CEP 40170.130. Salvador, Bahia.
+55 71 9391-0304 – contateipb@gmail.com
http://www.institutopsicanalisebahia.com.br/lapsus/

EDITORA:
Liliane Sales

CONSULTOR
Pablo Sauce

CONSELHO EDITORIAL
Bernardino Horne
Carla Fernandes
Iordan Gurgel
Luiz Felipe Monteiro
Ethel Poll

COMISSÃO DE REDAÇÃO E REVISÃO
Graziela Pires
Jaine Porto
Julia Jones
Leila Mignac
Liliane Sales
Pablo Sauce
Raissa Silveira
Raphael Gadelha
Raquel Matias
Wilker França

REVISÃO DE PORTUGUÊS E NORMAS
Luiz Morando

CAPA E EDITORAÇÃO
Bruno Senna

FOTOGRAFIAS:
Leila Mignac

DIRETORIA DO IPB
BIÊNIO 2025-2027
Bernardino Horne (Diretor Geral)
Luiz Fernando Belmonte Mena (Diretor de Ensino)
Pablo Sauce (Diretor de Planejamento e Finanças)

CONSELHO DELIBERATIVO DO IPB
BIÊNIO 2025-2027
Rogério Barros (Presidente)
Nilton Cerqueira (Secretário)
Aléssia Fontenelle
Iordan Gurgel
Marcela Antelo
Bernardino Horne (Consultor Permanente)

DIRETORIA DA EBP-BAHIA BIÊNIO 2025-2027
Marcelo Magnelli (Diretor Geral)
Iordan Gurgel (Diretor de Biblioteca)
Júlia Solano (Diretora de Cartéis e Intercâmbios)
Pablo Sauce (Diretor Secretário Tesoureiro)

O conteúdo dos artigos é de exclusiva responsabilidade dos autores.

Instituto de Psicanálise da Bahia
ASSOCIADO AO CAMPO FREUDIANO (PARIS)

SUMÁRIO

EDITORIAL

7 **Editorial**
Liliane Sales

TEXTOS SOBRE O FIM

11 **O fim do amor?**
Fatima Alemán

16 **Fascinação escatológica e psicanálise**
Rogério Paes Henriques

21 **Corte: o que separa e inaugura**
Mariana Machado Santa Barbara

TEXTOS GERAIS

25 **Reflexões sobre o agir epistemológico em Freud**
Ariádne Scalfoni Rigo

29 **Entre o Eu e o Monstro: desejo, gozo e subjetividade em Frankenstein à luz de Freud e Lacan**
Bruna Maria de Oliveira Campinho

32 **O analista, ao menos dois**
Socorro Soares

FUROS E RESSONÂNCIAS DO ATO

39 **Ato e babaquice da verdade**
Raphael Gadelha

41 **Babaquice da verdade**
Liliane Sales

43 **Não o analisado, mas o analisante**
Graziela Vasconcelos

45 **Dejetos da produção psicanalítica**
Raphael Gadelha

48 **Questionamento do sujeito suposto saber**
Camila Lira

50 **O percurso de uma análise**
Clara Valverde Melo

52 **Tornar-se dejeto**
Graziela Pires

55 **O ato e o fazer**
Liliane Sales

58 **Do psicanalisante ao psicanalista**
Marília Santiago

62 **Surfonia**
Raphael Gadelha

64 **Vislumbres sobre a quantificação**
Camila Lira

66 **Do todo ao objeto *a***
Graziela Pires

68 **O estatuto do psicanalista**
Liliane Sales

72 **Os acontecimentos de Maio**
Clara Valverde Melo

75 **O ano está terminando**
Graziela Vasconcelos

足もとの黄色い部分に立たないでください。
Please stand away from the yellow strip by the door.Thank you.
请不要站在车门附近的黄线部分上，谢谢合作。
발 밑의 노란 선을 밟지 마십시오.

EDITORIAL

Editorial

Liliane Sales
Editora da revista Lapsus

Eu pensei que tinha o mundo em minhas mãos
Como um Deus, e amanheço mortal
(Lenine)

Caros leitores,

Neste ano de 2026, a equipe da revista *Lapsus* escolheu prioritariamente o tema “fim”. Não como ponto-final, mas como o que se fecha, ou abre, retorna, modifica e inaugura.

Logo, entendemos que mereceria uma abertura para as diversas atividades do Instituto, onde a produção se faz em diferentes eixos que marcam um feixe de desejos singulares em cada pesquisa. Para tanto, decidimos contemplar o que fica da experiência de cada escritor, comum à prática analítica, amarrando com a teoria.

A psicanálise se interessa pelo tempo relativo e não cronológico; algo da espacialidade do tempo que nos conduz ao fim. Portanto, estamos a todo tempo às voltas com a erótica do tempo na sua relação com o começo, meio e fim. Com aquilo que não cessa de se escrever, que

está no limite em ter a linguagem e o simbólico. Há uma impossibilidade em se dizer tudo ao pensar a finitude.

Nesta edição, alguns colegas se dedicaram ao tema proposto. Tivemos a contribuição de uma colega argentina que nos enviou seu texto provocativo, "O fim do amor?". Fátima Alemán introduz uma questão fundamental para a psicanálise: estaríamos diante do fim do amor ou de uma transformação de seu estatuto romântico? Já Rogério Paes, em "Fascinação escatológica e psicanálise", faz uma rica elaboração em que, em tempos de fragmentação, incerteza e queda dos ideais, se multiplicam os discursos que prometem explicar o presente e anunciar um futuro capaz de superar os impasses da humanidade. Pois não se trata de esperar um futuro ideal, mas de interrogar, no presente, aquilo que insiste e retorna, para além das promessas de um mundo sem falta. Em "Corte: o que separa e inaugura", Mariana Machado toma o fim de seu percurso no Curso de Especialização em Teoria da Psicanálise de Orientação Lacaniana como ocasião para interrogar os cortes que atravessam a experiência analítica. O corte não é apenas aquilo que encerra: é também o que rompe a continuidade do sentido e abre espaço para o surgimento do sujeito do inconsciente.

Partimos para a singularidade das produções que recebemos. Ariadne Rigo, em "Reflexões sobre o agir epistemológico em Freud", relata que o agir epistemológico não se reduziu ao positivismo: diante de sintomas, sonhos e sofrimentos, Freud precisou recorrer à especulação e à construção de hipóteses para alcançar o que não era diretamente mensurável. Em "Entre o Eu e o Monstro: desejo, gozo e subjetividade em Frankenstein à luz de Freud e Lacan", Bruna Campinho revisita a obra de Mary Shelley para interrogar o desejo de ultrapassar os limites da existência. Victor Frankenstein, ao tentar vencer a morte pela criação de uma vida, confronta-se com aquilo que sua ambição não pode dominar: a falta constitutiva do sujeito e o impossível de simbolizar. Socorro Soares, retoma a formulação de Lacan – "É então indispensável que o analista seja ao menos dois" – para interrogar a relação entre a prática analítica e a elaboração de seus efeitos.

Tomar a palavra na nossa prática analítica e na escrita contribui para sairmos do impacto da finitude. Essa aposta vai além e reorienta o sujeito na direção da vida, o que pode estar no mais ainda da pulsão de morte.

Lidar com o "fim" só é possível no singular de cada sujeito, não há fórmulas diante do impossível. Os laços possibilitam o ressoar no limite exato do sintoma de cada um. De um espaço de um lapso ao fim.

Nesta edição, trouxemos a coluna “Furos e ressonâncias do Ato”, fruto do trabalho da equipe Furos e Ressonâncias na escrita dos Seminários de Formação Permanente de 2026. Ao longo do ano, os associados do IPB Bahia, produziram resenhas que resultaram em um trabalho autoral a partir da apresentação de cada seminário das quartas-feiras, realizados pelos membros da EBP Bahia sobre o Seminário 15 de Lacan, _O Ato Analítico_. São pequenos textos apresentados na abertura dos seminários, contando o que ocorreu no seminário anterior do Ato analítico — um registro vivo da leitura singular, que agora veio compor as páginas da revista.

Boa leitura!

TEXTOS SOBRE O FIM

O fim do amor?

Fatima Alemán
Membro da Pragma-La Plata e da EOL – Argentina

Diante da proposta de falar sobre "os finais" ou o fim de um processo, de uma análise, de uma experiência, lembrei de um livro que li há alguns anos e que depois foi adaptado para uma série produzida na Argentina. O livro é da escritora e filósofa Tamara Tenenbaum, *El fin del amor. Querer y Coger* (2019), que acabou sendo um sucesso editorial porque abordou o tema do amor romântico e seu possível fim, com o tempero biográfico de abandonar os mandatos da cultura judaica ortodoxa, começando com a morte de seu pai no ataque à AMIA e uma transformação de sua vida familiar. Alguns anos depois, foi feita uma série que também teve grande impacto em plataformas e redes sociais, onde a protagonista da história foi interpretada por uma atriz e cantora argentina de grande sucesso, Lali Esposito, que abordou os debates sobre monogamia versus poliamor, militância feminista e cruzamentos com a comunidade LGBT+ em Buenos Aires.

No entanto, neste artigo gostaria de comentar uma das referências teóricas que Tenenbaum faz em seu livro. Refiro-me ao trabalho da socióloga nascida

no Marrocos, Eva Illouz (1961), formada academicamente na França e Israel, professora em universidades na Europa e nos Estados Unidos. Ela é autora de vários ensaios sobre a história da vida emocional, o significado moral da modernidade e o impacto do capitalismo na esfera cultural. O livro que estou analisando se chama *O Fim do Amor. Uma sociologia das relações negativas*, publicado em 2020, que continua a linha de pesquisa de um livro anterior *Por que o amor dói? Uma explicação sociológica* (2012).

O que me interessa é fazer alguns dos postulados de Illouz dialogarem com a psicanálise freudiana-lacaniana, e acima de tudo relativizar o que a autora postula com o "fim do amor" para, em vez disso, propor uma transformação do amor em seu estatuto romântico, levando em conta os paradoxos que o desejo e o gozo aportam à dialética dos sexos.

O propósito de Illouz neste livro é investigar "as condições sociais e culturais que explicam o que se tornou uma característica comum e atual dos relacionamentos sexuais e românticos: o ato de abandoná-los. O 'desamor' é um terreno privilegiado para entender como a interseção entre capitalismo, sexualidade, relações de gênero e tecnologia produz uma nova forma de (não)sociabilidade". Honrando Durkheim e seu trabalho sobre suicídio, Illouz considera o desamor como uma manifestação da decomposição dos laços sociais no sentido de anomia, ou seja, a degradação das relações sociais e sua solidariedade. Para a autora, o desamor é o novo sintoma do laço social que, paradoxalmente, é fomentado e assimilado pelo que ela chama de "capitalismo escópico" e pela incidência de "indústrias psicológicas".

Illouz propõe explorar um "mercado do amor" que se manifesta "como o encontro direto entre oferta e demanda em questões emocionais e sexuais". O exemplo paradigmático desse novo mercado são aplicativos como Tinder, Bumble, Happn, OkCupid e a incidência de redes sociais como Facebook ou Instagram que permitem a troca casual com outro/as virtualmente. Mas o que chama atenção na proposta de Illouz é enfatizar um capitalismo escópico que se espalha graças à tecnologia, sem parar para diferenciar o visível do invisível (Merleau Ponty dixit) ou a impressão do olhar como objeto que difere da visão como função orgânica. Desde os desenvolvimentos de Lacan em relação ao *objeto a*, o olhar e a voz são claramente os objetos da pulsão com maior impacto na cultura contemporânea, e a divisão entre o olho e o olhar traz à tona a evidência de um corpo erógeno e a dimensão de gozo que se revela como anamorfose (exemplo de Lacan no Seminário 11). O olho absoluto da civilização atual faz do mundo um panóptico

que vê tudo, mas também esconde algo. Como diz Gérard Wajcman, a sociedade da videovigilância controla os corpos e esconde a verdade da intimidade: a possibilidade do oculto. Segundo o psicanalista francês, "o poder do olhar como muro das telas é o instrumento de controle do poder hipermoderno." Mas o muro da imagem não representa o poder do olhar por seu tamanho ou extensão. Pelo contrário, "manifesta a ligação do olhar com o segredo. O olho do amo não deve ser visto." O capitalismo como discurso utiliza a paixão pelo olhar como objeto e transforma o encontro amoroso em uma mercadoria reciclada repetidas vezes, mas sem revelar o poder do que está oculto. À maneira de Heidegger, a técnica não é apenas definida como a produção de objetos, mas como uma forma pela qual a verdade se manifesta ou "desoculta" no mundo, a verdade como *aletheia*.

Quanto à indústria psicológica, o autor localiza a terapia de "reparar, moldar e guiar a vida sexual e amorosa." Em um grande conjunto que não discrimina as várias ofertas psicoterapêuticas, apenas se aludem às terapias da intimidade que "aumentaram a consciência e os limiares da autoestima", fornecendo "técnicas para formular necessidades emocionais e transformá-las em objeto de negociação." Em princípio, Illouz refere-se ao conjunto de terapias psicológicas que abordam o *eu* e sua esfera de autoconhecimento, deixando de lado a terapêutica da psicanálise que implica uma abordagem do sujeito do inconsciente e do sintoma como solução de compromisso. A referência a Jacques Lacan e sua obra, por exemplo, é considerada apenas como endossando "a incerteza e a sociabilidade negativa", mencionando Kojeve e sua leitura da *Fenomenologia do espírito* de Hegel no texto "Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano". Essa omissão responde à falta de leitura ou, ao contrário, a uma política acadêmica americana focada em estudos culturais? Tendo a escolher a segunda opção, pois o livro e o percurso intelectual da autora resultam ser consistentes e eruditos.

Nesse sentido, a hipótese de Illouz é demonstrar como a "incerteza emocional" e os "relacionamentos negativos" no campo do amor, romance e sexo são o efeito sociológico direto da forma como "a ideologia da escolha individual" reuniu "o mercado consumidor com a indústria terapêutica e a tecnologia da internet." Parece, segundo Illouz, que a pesquisa sociológica pode trazer uma alternativa libertadora para superar o desamor como sintoma social devido ao fracasso das terapias derivadas da psicologia positiva. A fórmula lacaniana "não existe relação sexual" e a suplência do amor como laço libidinal possível, mas insuficiente é uma proposta anacrônica? Ou uma casuística de língua espanhola que talvez forneça outra retó-

rica para abordar os efeitos do desamor ou a deflação do amor romântico não é contemplada? No caso de Tenenbaum, a pesquisa sobre o "fim do amor" romântico leva em conta as letras de uma cantora de *cumbia* como Gilda ou as páginas de revistas femininas como *Para ti* ou *Vosotras*.

Quanto à atualidade da sexualidade, a autora afirma que "por irônico que pareça, ela não pode mais ser considerada o inconsciente da cultura consumista, mas, inversamente, a cultura consumista tornou-se o impulso inconsciente que estrutura a sexualidade" (p. 80) O que essa inversão implica? Illouz propõe substituir a análise psicológica por uma análise sociológica do amor e da vida sexual. A autora diz: "a desorganização da vida privada, da vida íntima, não pode ser um terreno exclusivo da análise psicológica." A sociologia tem uma enorme contribuição a dar, "com sua insistência de que as experiências psicológicas são, na verdade, experiências subjetivas que refletem e prolongam as estruturas sociais."

Foi assim que *a liberdade reflexiva* (termo emprestado do sociólogo Axel Honneth) e seu caráter romântico foram moldados do ponto de vista sociológico graças à ajuda do mercado consumidor e seus avanços tecnológicos, e da terapia que "constitui uma vasta instituição voltada para organizar e escrutinar a vontade guiada pelo ideal de autonomia."

Segundo Illouz, a transformação da intimidade ligada à experiência da sexualidade eliminou "a natureza ritual das interações sexuais" para deixar em primeiro plano a incerteza das relações sexuais e a evidência de uma "sociabilidade negativa" (relacionamentos efêmeros, sexo casual). De forma notável, no capítulo que a autora analisa o "sexo confuso" ela acaba afirmando, a partir da casuística (entrevistas com 92 pessoas da França, Inglaterra, Alemanha, Israel e Estados Unidos, entre 20 e 70 anos) que o sexo casual não tem os mesmos efeitos para homens e mulheres. "O sexo casual é um roteiro social invertido: um roteiro para uma não-relação." O sexo casual cria um conflito entre o caráter relacional e "a autonomização do corpo no caso das mulheres, enquanto constitui uma oportunidade para acumular status e capital sexual no caso dos homens."

Como contraponto ao desamor como estigma negativo dos relacionamentos casuais, Illouz apresenta o matrimonio moderno como um laço amoroso protegido pelos benefícios do contrato que permite legitimar o fim do amor sob o título de divórcio. Illouz diz que "o divórcio é um fenômeno sociológico de particular interesse, porque afeta a instituição central que sobreviveu à passagem do pré-moderno para o mundo moderno: a família." Portanto, o divórcio é "a categoria mais pública e evidente de não-esco-

lha, a versão mais institucionalizada do desamor.” A sociedade conjugal permite estabelecer os limites da distribuição de bens e a configuração da dinâmica familiar além do casal dissolvido, mas não garante a solução para os conflitos decorrentes das paixões do ser (o ódio como o oposto do amor). No entanto, Illouz se pergunta sobre os “contratos emocionais não vinculativos” dos laços amorosos atuais, onde a liberdade de escolher o outro ou não, autoriza o abandono sem qualquer penalidade ou descargo. O exemplo do *ghosting* como apagamento implica “a liberdade de abandonar contratos sexuais e românticos a qualquer momento” e sem necessidade de consentimento.

A partir da psicanálise lacaniana, dizemos que as rupturas do laço amoroso ou sexo-afetivo representam um desafio para seu tratamento pela palavra no dispositivo analítico. Geralmente, são apresentações por meio da angústia ou do ato. Mas a forma de abordar os efeitos da não relação sexual não implica oferecer uma terapia de manejo emocional, mas sim dar lugar, com um tempo lógico, à emergência de um sujeito do inconsciente que possa saber sobre suas condições de amor, de desejo e de gozo.

REFERÊNCIAS:

Illouz, Eva (2020) *El fin del amor. Una Sociologia de las relaciones negativas*, Katz, Buenos Aires.

Tenenbaum, Tamara (2019) *El fin del amor. Querer y Coger*, Paidós, Buenos Aires.

Wajcman, Gérard (2011) El *ojo absoluto*, Manantial, Buenos Aires.

Lacan, Jacques (1964) Livro 11 Los cuatro conceptos fundamentais del psicoanálisis, Paidós, Buenos Aires.

Fascinação escatológica e psicanálise

Rogério Paes Henriques
Associado do IPB

Examinei todas as ações
que se fazem debaixo do sol:
tudo é ilusão e corrida atrás do vento.
(Eclesiastes, 1:14)

Introdução

Embora a "pós-modernidade" estabeleça uma relação transferencial negativa do contemporâneo para com os grandes relatos, que passam a ser carregados de suspeições e desconfianças, ela não elimina propriamente a *escatologia* como "discurso último/final" (do grego [εσχατος] *éschatos*, "último", e [λόγια] *lógos*, "estudo" ou "discurso"). Na verdade, a escatologia é transformada, laicizando-se, e o imaginário escatológico migra do contexto da religião para o da *Kultur*. Dessa forma, muitos grupos, não só religiosos como também laicos, reinterpretam as incertezas contemporâneas como (com)provação às suas expectativas proféticas escatológicas.

Em outros termos, quanto mais a sociedade experimenta fragmentação, incerteza e aceleração, isto é, quanto mais os efeitos do declínio da metáfora

paterna e da queda dos ideais se faz sentir, maior tende a ser a atração por relatos que prometem explicar o presente e dar sentido ao futuro – sejam eles religiosos ou seculares. Assim, a *fascinação escatológica* pode ser entendida como uma resposta à instabilidade característica da condição pós-moderna. Não à toa, um autor como Karl Löwith (2024), em *O sentido na história*, contrapondo-se à fascinação escatológica pós-moderna, afirma que um grão de verdade é preferível a um vasto constructo de ilusões – perspectiva cujo recorte se coaduna com a ética psicanalítica.

Fascinações escatológicas: casuísticas pós-modernas

Um exemplo de fascinação escatológica laica apresenta-se na crítica feminista de Rita Segato, cujo livro *As estruturas elementares da violência* foi, em 2025, recém-traduzido para a língua portuguesa. Em sua versão original castelhana, destacamos a seguinte afirmação dessa autora extraída de uma seção intitulada "A célula violenta que Lacan não viu": "É somente ao ultrapassar a estrutura simbólica patriarcal que a humanidade sairá, finalmente, de sua pré-história" (Segato, 2003, p. 104). Na condição de discurso último/final, essa afirmação ressoa como as profecias bíblicas monoteístas atreladas à história dos patriarcas no Antigo Testamento em seu combate ao politeísmo, só que às avessas.

Como Soria (2020) sugere, em *As estruturas elementares da violência*, Segato toma a sexuação lacaniana a partir do primeiro tempo de *Totem e tabu*, pensando o patriarcado como epifenômeno da violência originária do pai "vivo", "estuprador de mulheres", e desconhecendo que o universal do "todo-homem") se sustenta da função simbólica do pai morto que põe justamente um freio em tal violência. Confunde-se, assim, o "patriarcado" – regime simbólico fundado no segundo tempo de *Totem e tabu*, via Nome-do-Pai – com a ferocidade da "dominação do macho" – regida pela força bruta da ausência de lei do primeiro tempo mítico.

Segato chega a afirmar sobre a noção lacaniana de "passagem ao ato", associada aos casos de estupro de mulheres por homens: "em um gesto desesperado por responder a um pai – ou uma ordem – abusiva, o sujeito masculino se põe em seu lugar e, ao incorporá-lo – ou ao incorporar a ordem –, encena o abuso em um outro feminino" (Segato, 2003, p. 46). Eis sua franca tentativa de minimizar o gozo singular do sujeito masculino em prol do mandato social do patriarcado.

De fato, Segato é que parece não ver que, no ponto do estupro, o homem ocupa justo o lugar do "pai real", o macho gozador da horda primeva, num rechaço total ao Pai da ordem simbólica. Tal confusão – tomar o Nome-do-Pai como uma

imagem patriarcal da violência originária que impõe a falocracia como estrutura de poder sobre as mulheres – torna sua crítica, muitas vezes, tão feroz e virulenta quanto aquilo que ela equivocadamente denuncia.

Ora, Lacan sempre insistiu no fato de que há uma dimensão traumática na intervenção paterna, o que pode ser lido como certa dimensão de violência necessária – seguindo a sugestão de Walter Benjamin (1986) de que a violência é a efetiva matriz da lei. Paradoxalmente, a foraclusão contemporânea do pai e de seus avatares, em nome do "combate ao patriarcado" e da "emancipação feminina", tende a capturar certas militâncias ao circuito de gozo atrelado ao "discurso capitalista", reduzindo a pretensa emancipação a pontuais conquistas no plano liberal (empregabilidade, igualdade de renda etc.) de um sujeito universal dos direitos – *on la dit femme, on la diffâme* –, pois, contrariamente ao que se convencionou apregoar da perspectiva antiedípica, não é a falta em relação ao desejo (castração) que se constitui como invenção do capitalismo e obstáculo aos subalternizados, mas sim o objeto tomado como mais-de-gozar e o desejo como vontade de gozo.

Outro exemplo de fascinação escatológica laica manifesta-se em Paul Beatriz Preciado, em sua obra *Eu sou o monstro que vos fala*, de onde extraímos respectivamente um mandamento: "Viver para além da lei do patriarcado colonial [...] é um direito que todo corpo vivo deveria ter..." (Preciado, 2022, p. 44), associado a uma profecia: "Nos próximos anos, deveremos elaborar coletivamente uma epistemologia capaz de dar conta da multiplicidade radical dos seres vivos..." (Preciado, 2022, p. 80).

Não é por resistência que a psicanálise freudo-lacaniana apresenta ressalvas à teoria de gênero proposta por Preciado (2022), mas sim por motivos éticos, pois não se pode aplicar um *a priori* epistemológico à pulsão – ao se propor, por exemplo, uma "mutação revolucionária da psicanálise" em direção a uma "nova epistemologia do ser vivo sexual" –, justamente pelo fato de a pulsão (*queer*!) ser indomável a qualquer episteme. Tal proposição pressupõe que uma episteme dissidente, nova bússola baseada no "discurso do monstro", pudesse nortear a dimensão pulsional rumo à "despatriarcalização, deseterossexualização e descolonização" do corpo e do aparelho psíquico. Ao sugerir uma desobediência epistêmica, Preciado permanece prisioneiro daquilo de que ele pretende se libertar: a ordem discursiva e seu sistema de oposições significantes.

Bassols (2021) assinala que o binarismo ou o dualismo que se aninha modestamente, sempre de maneira silenciosa em todo discurso (incluindo-se aqui os

escatológicos), se reproduz em cada uma das diferenças que se estabeleçam entre um elemento e outro do sistema linguístico. Acrescentar um terceiro ou quarto elemento não anula o binarismo fundamental; simplesmente o desloca a cada uma das relações entre os elementos da série que consideremos: LGBTQIAPN+... A lei de ferro do significante não terá nenhum problema em acrescentar a letra M de "monstro". Sobra lugar no abecedário, o qual, se algum dia se esgotar, poder-se-á fazer como se faz com os registros de placas de automóveis e seguir escrevendo novas combinatórias, todas elas binárias.

Para a psicanálise, os sistemas de oposições significantes são impotentes para representar a sexuação para o sujeito, dado que o que está em jogo no gozo se encontra em outra parte: nas modalidades de gozo do sujeito em sua relação com o Outro sexo. Nesse sentido, o erro seria querer regular à força, isto é, artificialmente, o estatuto epistêmico da psicanálise. "Se partirmos, com efeito, de certas exigências gerais e genéricas do conhecimento (epistemе), uma epistemologia do clínico bem poderia ser uma contradição em termos" (Assoun, 1996, p. 43). Até mesmo porque, nesse caso específico de Preciado, o real pulsional da clínica psicanalítica exige a renúncia ao ideal epistêmico esperançoso, regulado pelo princípio do prazer.

Encontram-se, ainda, profecias escatológicas de gênero no livro *Teoria King Kong*, de Virginie Despentes (2016), a partir da última versão do filme sobre King Kong, que o mostra vivendo em uma ilha paradisíaca, onde todas as criaturas têm uma sexualidade polimorfa, inclusive as plantas. King Kong seria um híbrido anterior ao binário compulsório, vivendo numa versão ficcional do paraíso prévio à instituição do patriarcado e do binarismo sexual. Outras profecias fazem do ciborgue (Haraway, 2009) e do dildo (Preciado, 2014) conectores tecnológicos da sexualidade humana com o paraíso perdido pré-heterocisnormativo.

Ao ler alguns teóricos de gênero[1], temos a impressão de que sua relação com a psicanálise coincide com a do protagonista do romance *O colibri*, de Sandro Veronesi (2025, p. 38): "a psicanálise era como cigarro, não bastava não fazer uso dela, também era preciso proteger-se de quem dela fazia uso".

Considerações finais

Se nós, psicanalistas, não podemos deter a história em uma ordem patriarcal

1 Sobretudo Preciado, guru de certo comunitarismo identitário queer 2.0, que reativa uma perspectiva xamânica cuja tradição, a despeito do verniz de novidade – como assinala Leone (2022, p. 72) –, conecta-se com as primeiras tradições bíblicas escatológicas em suas revelações proféticas. Afirma Preciado (2022, p. 40): "Quando aceita por um processo de tecnoxamanismo ativada pela presença da linguagem e dos hormônios, a experiência trans é um turbilhão de energia transformadora que recodifica todos os significantes políticos e culturais...".

– até mesmo porque o Édipo não é um invariante antropológico –, tampouco podemos vaticinar um futuro melhor ante o real de um gozo pulsional. Desde Freud, sabemos bem que a ilusão não tem futuro. Lacan, por exemplo, liberta a psicanálise dos mitos do pai sem cair na ilusão de uma solução pelo arcaísmo da relação pré-edipiana com a mãe.

A escritora Elena Ferrante – aliás, sua protagonista narradora, Olga, em *Dias de abandono* – possui uma definição de futuro afim à perspectiva analítica: "O futuro [...] será todo assim, a vida viva junto ao cheiro úmido da terra dos mortos, a atenção com a desatenção, os saltos entusiastas do coração junto às quedas bruscas de significado. Mas não será pior do que o passado" (Ferrante, 2016, p. 171). Lacan afirmava que o analista tem de estar à altura da subjetividade de sua época, o que não implica gozar dos mesmos ideais de sua época, pois, freudianamente, a psicanálise só prometeria a (inevitável) infelicidade comum no lugar do (evitável) sofrimento neurótico. Portanto, não se trata de ilusoriamente esperar o melhor de um futuro profético, mas de reduzir danos a partir da apreensão do grão de verdade, sempre semidita.

REFERÊNCIAS:

ASSOUN, P.-L. *Metapsicologia freudiana*: uma introdução. Tradução: Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

BASSOLS, M. *La diferencia sexual no existe en el inconsciente*. Sobre un informe de Paul B. Preciado dirigido a los psicoanalistas. Olivos: Grama Ediciones, 2021.

BENJAMIN, W. Crítica da violência – Crítica do poder. In: BOLLE, W. (org.). *Documentos de cultura, documentos de barbárie*: escritos escolhidos. Tradução: Celeste Ribeiro de Souza. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1986. p. 160-175.

DESPENTES, V. *Teoria King Kong*. Tradução: Luís Leitão. Lisboa: Orfeu Negro, 2016.

FERRANTE, E. *Dias de abandono*. Tradução: Francesca Cricelli. São Paulo: Biblioteca Azul, 2016.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. (orgs.). *Antropologia do ciborgue*: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 33-118.

LEONE, A. Mística e judaísmo. In: LOSSO, E. G.; BINGEMER, M. C.; PINHEIRO, M. R. (orgs.) *A mística e os místicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022. p. 53-79.

LÖWITH, K. *O sentido na história*: os pressupostos teológicos da filosofia da história. Tradução: Luiz Philipe de Caux. São Paulo: Unesp, 2024. (Fragmentos disponíveis em: https://aterraeredonda.com.br/o-sentido-na-historia/. Acesso em: 26 jun. 2026.)

PRECIADO, P. B. *Manifesto contrassexual*: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

PRECIADO, P. B. *Eu sou o monstro que vos fala*: relatório para uma academia de psicanalistas. Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2022.

SEGATO, R. L. *Las estructuras elementares de la violencia*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SORIA, N. *La sexuación en cuestión*. Buenos Aires: Del Bucle, 2020.

VERONESI, S. *O colibri*. Tradução: Karina Jannini. Belo Horizonte: Autêntica Contemporânea, 2025.

Corte: o que separa e inaugura

Mariana Machado Santa Barbara
Associada ao IPB

Escrevo este texto no momento em que me aproximo do fim do Curso de Especialização em Teoria da Psicanálise de Orientação Lacaniana (TPOL) – um fim que entendo como clivagem que separa e inaugura, um corte. Corte que não se apresenta somente agora quando, de fato, chegamos ao fim. Cursando a TPOL, pude experimentar muitos cortes durante o percurso. Como diz Belchior (1976): "Sons, palavras, são navalhas", muito em mim se separou. Disjunções que me mobilizaram a pensar sobre o corte na prática analítica e por aqui resolvi deslizar minha escrita.

Lacan (1960/1988), em "Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano", ao falar sobre a função do corte no discurso, diz que a que serve de barra entre o significante e o significado é a mais forte e que o corte no discurso é o que abre espaço para que o sujeito surja. "Esse corte da cadeia significante é único para verificar a estrutura do sujeito como descontinuidade no real." (Lacan, 1960/1988, p. 815). Uma disjunção entre o significante e o significado, ruptura que possibilita que a partir dos furos do sentido algo emerja. É dessa descontinuidade no real, nos deslizes

do significante, na irrupção dos lapsos e dos tropeços que o inconsciente se revela. Inconsciente que fala por conta própria, e é esse saber que é posto na berlinda pela experiência analítica.

Ana Viganó, no curso breve *A construção do caso clínico* (2026), falou sobre o fato de o ser não ser natural porque é banhado pela linguagem. Referindo-se a Lacan, ela falou da linguagem como um parasita: "a fala é a forma de câncer pela qual o ser humano é afligido" (Lacan, 1975-1976/2007, p. 92). Viganó colocou que as marcas são todas equívocas; por isso, é possível equivocá-las, o que me remeteu ao brincar com as palavras. Recentemente, estive em uma peça intitulada *Improvável*, criada por um trio de humoristas. A peça é um espetáculo de improvisação na qual a palavra cria a cena: os improvisadores devem, a partir das palavras dadas pela plateia, construir algo. A brincadeira com as palavras chamou a minha atenção na peça, especialmente em um momento em que é dita uma palavra para que criassem uma cena, interpreto que o ator irá por uma direção e ele insere essa palavra em outro contexto. O improvisador colocou o elemento em uma cadeia significante que eu não imaginei, produzindo outro efeito. A mesma palavra, outra cadeia associativa, outro sentido.

No texto "O chiste e sua relação com o inconsciente", Freud (1905/2017, p. 52) diz: "As palavras são um material plástico com que se pode fazer de tudo.". A mesma palavra pode produzir efeitos diferentes, seja inserida em outra cadeia significante, como no caso da peça que citei, seja como um jogo de palavras homofônico. Lembro de certa vez, ao atender um paciente, escutá-lo dizer "atenção"; quando fui para a supervisão, o supervisor apontou que poderia ser "a tensão". O mesmo som, outra palavra, outro sentido.

Para Lacan (1975-1976/2007), é o choque do significante com o corpo que é o traumático. O impacto das palavras sobre o corpo antes que se possa estabelecer um sentido. Isso que não tem significação, separado da estrutura da linguagem, fora da cadeia significante, um buraco no simbólico, um ponto de gozo sem sentido, um ponto de real impossível de ser reabsorvido no simbólico. Essas palavras imantadas de gozo marcam a repetição, um excesso que itera. A relação com a língua é o núcleo do trauma. Essa marca sem sentido que produz um acontecimento de corpo, neste primeiro momento, ainda não tem valor traumático; quando a ela se liga um sentido, o trauma se constitui como tal.

No documentário *Um encontro com Lacan*, uma das analisantes de Lacan, Suzanne Hommel, conta que nasceu na Alemanha, em 1938, e viveu os anos da guerra com todos os horrores e as angústias.

Hommel, ao falar das sessões de análises, diz que desde o início das primeiras sessões ela perguntava a Lacan se podia se curar daquele sofrimento e afirmou que, ao dizer isso, entendeu que não poderia arrancar a dor com a análise. Ao contar a Lacan que acordava todo dia às cinco horas da manhã, horário em que a Gestapo vinha procurar os judeus em suas casas, Lacan se dirigiu rapidamente a ela e fez um carinho muito doce no rosto, que ela entendeu como "geste à peau", o gesto. Da Gestapo a um "geste à peau", ela disse que a surpresa não diminuiu a dor, mas fez outra coisa. A prova disso era que quarenta anos depois ainda contava esse gesto, porque ainda o tinha no rosto. Esse relato me deteve desde a primeira vez que o vi: algo é feito com a marca de sem-sentido, com o excesso inominável, um furo que abre espaço para algo que se fecunde nesse resto que ficou.

Berenguer (2018) diz que o analista contém a possibilidade de uma tradução nova ao que já estava ali, vejo que isso foi representado quando Lacan faz da "gestapo" um "geste à peau", e me parece que é disso que se trata o nosso trabalho enquanto praticantes da psicanálise. Fazer uso dessa plasticidade da palavra, servindo-nos do equívoco, para dar algum tratamento ao impossível de suportar, indo além da repetição dessa marca indelével produzida pelo trauma.

REFERÊNCIAS:

BELCHIOR. Apenas um rapaz latino-americano. In: ALUCINAÇÃO. Rio de Janeiro: Polygram, 1976.

BERENGUER, E. *¿Cómo se construye un caso?* Barcelona: Nuevos Emprendimientos Editoriales, 2018.

CIA. BARBIXAS DE HUMOR. *Improvável*. Salvador: Cia. Barbixas de Humor, 2026. Espetáculo de improvisação teatral. Elenco: Anderson Bizzocchi, Daniel Nascimento e Elidio Sanna.

FREUD, S. *O chiste e sua relação com o inconsciente (1905)*. Tradução: Fernando Costa Mattos e Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. (Obras completas, 7)

LACAN, J. *O seminário*, livro 23: *O sinthoma*. (1975-1976) Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução: Sérgio Laia. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

LACAN, J. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. (1960) In: LACAN, J. *Escritos*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p. 807-842.

HOMMEL, S. Depoimento em *Um encontro com Lacan*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=S--QtbFaZjmw. Acesso em: 13 ago. 2026.

INSTITUTO DE PSICANÁLISE DA BAHIA. *A construção do caso clínico*. Curso Breve, 22 agosto de 2026. Coordenação: Célia Salles e Marcelo Magnelli. Convidada: Ana Viganó.



TEXTOS GERAIS

Reflexões sobre o agir epistemológico em Freud

Ariádne Scalfoni Rigo
Aluna do curso regular do IPB

Antes mesmo de iniciar o curso regular em psicanálise de 2025, do Instituto de Psicanálise da Bahia, fui fisgada por sua proposta: a construção do conhecimento no campo freudiano e sua organização em três cortes epistemológicos. Lendo os primeiros textos, impressionaram-me a explicação detalhada, as categorizações e certa preocupação com o número de casos observados e de sonhos relatados. De imediato, pareceu-me fácil situar os escritos freudianos no positivismo dominante de sua época, mas, no avançar das leituras e das aulas, algumas singularidades na atitude epistemológica freudiana me conduziram à reflexão que proponho. Então, passei a marcar uma série de trechos que davam pistas epistemológicas, científicas e metodológicas nos escritos discutidos no primeiro semestre do curso. Ao final desse exercício, nomeei o processo freudiano de construção do conhecimento como um agir epistemológico.

Em termos simples, epistemologia consiste numa reflexão sistemática sobre as condições e as implicações do conhecimento, suas formas e seus momentos. Ela não se reduz ao método ou

à técnica de pesquisa. Aqui, a ideia de um agir epistemológico pretende destacar o poder de transformar da epistemologia, aparentemente abstrata, no fazer científico e na prática. A atitude e o agir epistemológico em Freud não apenas criaram um campo de prática-conhecimento, mas o mantiveram vivo durante o contexto em que surgiu.

Como cientista, Freud reconhecia a importância da forma e dos métodos do positivismo. Separar a psicanálise totalmente dos aspectos formais do que era considerado ciência – ter um objeto, fiar-se na observação e estabelecer leis gerais – levaria a psicanálise, muito provavelmente, a desaparecer antes de se constituir.

O objeto de uma ciência pode ser compreendido como um conjunto articulado de interrogações que, para serem respondidas, exigem recursos e instrumentos que cada campo científico vai construindo. Freud definiu um objeto claro, a psique, ou o aparelho psíquico, como detalhou no texto do Projeto. Um aparelho por onde circula uma energia psíquica de natureza sexual (a libido). Ora, chamar seu objeto de "aparelho" ajudava a inseri-lo na linguagem epistemológica dominante. Podemos pensar o mesmo com o conceito de pulsão e sua analogia com forças físico-químicas.

Freud usou sua clínica e sua disciplina metódica para a escrita para compreender seu objeto a partir de uma técnica científica imprescindível para a ciência da época: a observação. Ele sabia bem que isso era fundamental para convencer seus interlocutores de que o que ele propunha possuía vínculos estreitos com a realidade. Esse empirismo, condição maior do positivismo, não podia ser abandonado na construção de um campo que se pretendia científico. Isso aconteceu com todas as ciências humanas e sociais da época. Nas palavras de Freud (1915/2010a, p. 131-132), no texto "O inconsciente", "[...] a nossa tarefa consiste em transpor para a teoria os resultados da observação". Ou ainda:

> Nós defendemos as suas complicações [da teoria], na medida em que correspondem à observação, e não perdemos a esperança de justamente por meio delas chegar enfim ao conhecimento de um estado de coisas que, embora simples em si, possa fazer justiça às complicações da realidade (Freud, 1915/2010a, p. 131-132).

No entanto, o que Freud observava eram sintomas, comportamentos, sofrimento. Ou seja, o não-exato, o não-mensurável, o não-concreto. Assim, a heurística e a especulação eram pontos de partida fundamentais. Para Freud (1915/2010a, p. 101), "[...] a suposição do inconsciente é necessária e legítima e possuímos várias provas da existência do inconsciente". Para ele, era preciso, primeiro, "adivinhar" para, em seguida, reconhecer e demonstrar.

Seu agir epistemológico passava por, incansavelmente, observar, descrever, analisar, buscar referências e construir, não somente a psicanálise, mas seu próprio "fazer científico". Apesar de ter confessado seu medo de "se perder num pântano de especulações" (Gay, 1989, p. 40), seguia em frente à medida que se satisfazia com suas explicações das coisas. Em alguns escritos, Freud assume claramente a necessidade fundamental desse processo especulativo no seu agir epistemológico: "Não é raro ouvirmos a exigência de que uma ciência deve ser edificada sobre conceitos fundamentais claros e bem definidos. Na realidade, nenhuma ciência começa com tais definições, nem mesmo as mais exatas", como explicitou no texto "Os instintos e seus destinos" (Freud, 1915/2010c, p. 52).

A questão mais delicada talvez fosse a busca das universalidades, ou melhor, noções gerais que explicam o porquê das coisas. Encontrar leis gerais e relações de causa e efeito que explicassem a realidade também era importante para o *status* de ciência. Na psicanálise freudiana, ainda que as relações entre causa e efeito fossem extraordinariamente indiretas, "tortas", eram também recursos analíticos. Nesse sentido, era importante que as noções de pulsão, Édipo e, claro, de inconsciente se tornassem conceitos científicos que pudessem ser "[...] utilizáveis em larga medida e ao mesmo tempo livres de contradições" (Freud, 1915/2010c, p. 52-53).

No entanto, Freud começa a relativizar o universalismo defendendo a incompletude científica e um modo convincente de compreensão e não uma verdade sobre as coisas. Sobre os conceitos relacionados à repressão, ele argumenta que "cada uma dessas elaborações será incompleta, e não deixará de ter obscuridades, ali onde tocar no que não for trabalhado; mas podemos esperar que da composição final resulte uma boa compreensão" (Freud, 1915/2010a, p. 98). Em "Luto e melancolia" (1917[1915]/2010b, p. 171), diante do pequeno número de casos que ele analisou, ele renuncia "a toda pretensão de validade universal para nossas conclusões [...]" e entende que "a inter-relação dos complexos problemas psíquicos nos faz interromper a cada investigação e deixá-la inconclusa, até que os resultados de uma possam vir em auxílio dela (Freud, 1917[1915]/2010b, p. 194).

Freud sabia que a rigidez de conceitos não levaria ao progresso científico. Hoje, talvez ele fosse mais facilmente acolhido por correntes epistemológicas subjetivistas, em que o pesquisador-cientista, invariavelmente, se mistura ao seu objeto, se debruça sobre casos, observações, narrativas – sem modelos teóricos prévios – para construir modos de compreensões plausíveis. Ao que parece, no decorrer da sua construção, Freud afrouxa suas raízes exclusivamente "metódicas" e encara o desafio do significado e do provisó-

rio. Dessa maneira, a psicanálise pôde se preocupar menos em ser ciência e muito mais com seu modo de agir no mundo e nas pessoas.

REFERÊNCIAS:

FREUD, S. O inconsciente. (1915) In: FREUD, S. *Introdução ao narcisismo, Ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a. p. 99-150. (Obras completas, 12)

FREUD, S. Luto e melancolia. (1917/[1915]) In: FREUD, S. *Introdução ao narcisismo, Ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b. p. 170-194. (Obras completas, 12)

FREUD, S. Os instintos e seus destinos. (1915) In: FREUD, S. *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010c. p. 51-81. (Obras completas, 12)

GAY, Peter. *Freud*: uma vida para nosso tempo. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Entre o Eu e o Monstro: desejo, gozo e subjetividade em Frankenstein à luz de Freud e Lacan

Bruna Maria de Oliveira Campinho
Aluna do TPOL

Introdução

Ao deparar-se com *Frankenstein; ou, O Moderno Prometeu*, de Mary Shelley (1831/2017), torna-se impossível não analisar, sob a ótica da psicanálise, como a narrativa da criatura rejeitada por seu criador aborda questões que transcendem os limites do horror gótico. Este artigo propõe uma leitura da obra a partir de Freud e Lacan, com ênfase nas noções de desejo, gozo e subjetividade, para demonstrar como o romance antecipa um dos impasses mais fundamentais da experiência humana: a impossibilidade de escapar ao fim. Em "O Eu e o Id" (1923), Freud descreve a formação do Supereu e sua função punitiva, ilustrada na culpa que persegue Victor Frankenstein ao longo da narrativa. Lacan (1964/2008), por sua vez, amplia essa leitura ao propor que o desejo se estrutura a partir da falta, articulando-se na busca de um gozo que sempre excede o que pode ser simbolizado. A busca de Victor evidencia a recusa do ponto-final constitutivo da condição humana – morte –, e é justamente essa recusa que faz da obra de Shelley um campo fértil para pensar o "fim" como significante que a psicanálise não cessa de interrogar.

1. Victor Frankenstein e o desejo de dominar a vida

Victor Frankenstein encarna, desde a juventude, o desejo de criação como tentativa de superar uma lacuna existencial. Moldado pelo contato precoce com os estudos esotéricos de Paracelso e Agrippa – que vislumbravam reviver o que a morte havia ceifado –, Victor desenvolve um impulso que

ultrapassa a curiosidade científica. A rejeição paterna a esses estudos e a posterior perda da figura materna configuram o cenário psíquico em que se inscreve seu desejo de dominar a vida. Pensando com Lacan, esse desejo pode ser compreendido como desejo do Outro: "o desejo do homem é o desejo do Outro" (Lacan, 1958-1959/2016, p. 26). A busca de Victor por animar a matéria morta revela-se, assim, uma tentativa de preencher a falta constitutiva do sujeito através da conquista do impossível – um gozo absoluto e ilusório que traria satisfação plena. Essa busca, porém, está fadada ao fracasso: o desejo está sempre em deslocamento, pois a ordem simbólica "é intrinsecamente decepcionante" (Taffarel, 2019). Ao tentar transcender os limites humanos, Victor esbarra na impossibilidade de simbolizar a castração – e aquilo que ele tenta negar retorna como aquilo que não pode suportar: a criatura, testemunho de sua ruína.

Freud (1915/1974, p. 172) afirma que "o que é recalcado não se dissipa, mas ganha vigor". A criatura pode ser lida como esse retorno do recalcado, uma repetição do desejo que Victor tentou anular e que retorna em sua forma mais grotesca. Ao invés de encontrar na ciência um meio de se inscrever como sujeito que tudo pode, Victor é confrontado com a verdade do desejo: ele nunca poderá possuir completamente aquilo que busca. A criatura, abandonada no momento de seu nascimento, converte-se no duplo de Victor – carregando sua ruína e corporificando o conceito freudiano de *unheimlich*: aquilo que deveria ter permanecido oculto (a tentativa de suprimir a morte e criar vida sem sexo) retorna como algo assustadoramente familiar e insuportável.

2. O Monstro e o Eu fragmentado

Freud, em "O Eu e o Id" (1923), descreve o Eu como instância mediadora entre pulsões inconscientes e realidade, formada a partir de identificações primárias. Lacan aprofunda essa questão com o conceito do Estádio do Espelho: a criança se reconhece na imagem refletida e forma uma unidade imaginária de si, "matriz simbólica em que o eu se precipita numa forma primordial [...] antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito" (Lacan, 1949/1998, p. 97). No caso da criatura, esse processo falha radicalmente: sem um Outro que a reconheça e valide, ela não experimenta o momento estruturante do espelho. Seu primeiro contato com a própria imagem, refletida na água, não resulta em completude, mas em horror e alienação – o que agrava sua exclusão do Simbólico e a mantém aprisionada no Imaginário e no Real.

Sem um significante que a situe, a identidade da criatura permanece fragmentada, marcada pela ausência de um laço simbólico que a ancore na linguagem e na estrutura social. É uma figura que permanece como resíduo do Real – aquilo que não pode ser plenamente simbolizado, a Coisa que "será sempre representada por um vazio" (Lacan, 1959-1960/1991, p. 162). Lacan (1963/2005) discute a função do Nome-do-Pai como aquilo que sustenta a estrutura psíquica e permite a estabilização do desejo; sem essa função reguladora, o sujeito é lançado à errância. É o que ocorre com a criatura: negada a interdição paterna por Victor, ela permanece à deriva, sem eixo simbólico. Lacan (1964/2008) diferencia desejo e gozo ao afirmar que o desejo é estruturado pela falta, enquanto o gozo tende a romper essa estrutura, transbordando os limites do Simbólico – e é exatamente esse gozo sem limite, sem uma Lei que o regule, que se manifesta na violência da criatura contra aqueles que a rejeitam. Como pontua Lacan (1953/2010), "o Real aparece quando o Simbólico falha", e é isso que vemos em sua trajetória: um espectro errante que evidencia a própria impossibilidade de domar o Real.

3. Culpa, Supereu punitivo e o destino trágico de Victor

Se a criatura encarna o retorno do reprimido, Victor é consumido por um Supereu que se forma, segundo Freud, a partir da internalização das proibições parentais e culturais – instância que "pode ser hipermoral e tornar-

-se cruel" (Freud, 1923/2011, p. 51-52). Ao rejeitar sua criação, Victor nega a função paterna que Lacan (1953/2010]) situa como organizadora do desejo dentro de limites simbólicos; com isso, condena a criatura ao abandono e a si mesmo a um estado de divisão interna. Sua culpa não é apenas sentimento difuso, mas verdadeiro agente de punição.

Em "Além do Princípio do Prazer" (1920), Freud descreve a compulsão à repetição como forma de lidar com a culpa e o desejo recalcado: Victor, ao invés de elaborar seu conflito, repete-o em ato, perseguindo incessantemente o monstro e recriando, a cada tentativa de eliminá-lo, as condições de sua própria ruína. Essa repetição é também autopunição – o Supereu sádico, que Freud (1930/2010b) descreve em "O mal-estar na civilização", não apenas restringe o Eu, mas o castiga, gerando sofrimento excessivo que se manifesta na deterioração física e no exílio autoimposto de Victor. Sua tentativa de desafiar a morte resulta, paradoxalmente, na afirmação contínua da própria finitude: um testemunho trágico da impossibilidade de escapar da falta que estrutura o desejo humano.

Considerações finais

A análise psicanalítica de *Frankenstein* evidencia como as teorias de Freud e Lacan convergem para compreender a relação entre criador e criatura. O modelo estrutural freudiano – Eu, Id e Supereu – permite interpretar a trajetória de Victor como conflito psíquico intenso, em que culpa e repressão desempenham papéis centrais; a teoria lacaniana do desejo e do gozo amplia essa leitura ao mostrar como criador e criatura são atravessados pela falta constitutiva do sujeito. A criatura, condenada ao campo do Real, encarna o retorno do reprimido, expondo a falha simbólica que estrutura tanto sua existência quanto a de seu criador. Em última análise, *Frankenstein* antecipa o paradoxo freudiano sobre o fim: a ilusão de uma criação sem limites, eterna, esbarra no limite insuperável do Real. A tentativa de abolir a finitude lança o sujeito em uma errância sem borda, na qual o único fim possível se dá pela via da aniquilação e da pulsão de morte.

REFERÊNCIAS:

FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar. (1914) In: FREUD, S. *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia ("O caso Schreber"), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 (Obras Completas, 10)

FREUD, S. O recalcamento. (1915) In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. v. XIV. Tradução: J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FREUD, S. Além do princípio do prazer. (1920) In: FREUD, S. *História de uma neurose infantil ["O Homem dos Lobos"], Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a (Obras Completas, 14)

FREUD, S. O mal-estar na civilização (1930). In: FREUD, S. *O mal-estar na civilização, Novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936)*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b (Obras Completas, 18)

FREUD, S. O Eu e o Id. (1923) In: FREUD, S. *O Eu e o Id, "Autobiografia" e outros textos (1923-1925)*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (Obras Completas, 16)

LACAN, J. *O seminário*, livro 7: *A ética da psicanálise*. (1959-1960) Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução: Antônio Quinet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1991.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu. (1949) In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p. 96-103.

LACAN, J. O Simbólico, o Imaginário e o Real. (1963) In: LACAN, J. *Nomes-do-Pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

LACAN, J. *O seminário*, livro 11: *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. (1964) Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução: M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

LACAN, J. *O seminário*, livro 6: *O desejo e sua interpretação*. (1958-1959) Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução: Claudia Berliner. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

SHELLEY, M. *Frankenstein ou O Prometeu Moderno*. Tradução: Márcia Xavier de Brito. São Paulo: DarkSide Books, 2017. (Trabalho original publicado em 1831.)

TAFFAREL, M. O desejo segundo Jacques Lacan. 20 fev. 2019. Disponível em: https://www.sbpsp.org.br/blog/o-desejo-segundo-jacques-lacan/. Acesso em: 10 jan. 2025.

O analista, ao menos dois

Socorro Soares
Participante do Ipsin NE

"Entre o sono e o sonho, / entre mim e o que em mim, / é o quem eu me suponho, / corre um rio sem fim" (Pessoa, 2009, p. 177). Então, "Entre o sono e o sonho", há ao menos dois; "entre mim e o que em mim", há ao menos dois. Dois de si mesmo. Algo entre dois. Uma passagem por onde algo corre, como um rio... Poema que ousou se articular à essência textual desta frase trazida por Lacan (1974-1975/2002, p. 5) no Seminário 22, *RSI*: "É então indispensável que o analista seja ao menos dois". O que isso quer dizer? Principiarei pelo *ao menos*, locução adverbial que significa pelo menos. E quando seguido pelo *dois*? Dá a perspectiva de dois em um mesmo: o analista a realizar sua prática e o analista a teorizar sua experiência. Analista praticante e analista à transmissão, ensinante. Lacan dizia-se analisante quando das transmissões à transferência de trabalho da intensão à *extensão*. Lacan (1974-1975/2002, p. 5) ressalta o fenômeno lacaniano naquele Seminário: "A saber, que eu sou efeito para um público [...] meu ensino para abrir, ao analista, o próprio discurso que o sustenta".

"Passou por outras margens, / diversas mais além [...]" (Pessoa, 2009, p. 177). Assim como no poema, passagem, outras margens, mais além. O que se passa no *ao menos dois* por outras margens, num mais além, desde a prática à transmissão da experiência?

Em "Ato de fundação" (1971), Lacan (2003a, p. 242) acentua que o "ensino da psicanálise só pode se transmitir de um sujeito para outro pelas vias de uma transferência de trabalho". Transferência de trabalho que se dá de um sujeito a um outro sujeito, efeito do singular no coletivo. Então, o que a distingue da transferência na experiência analítica? Há um ponto que Miller enfatiza que pode contribuir para esta distinção. A indução ao trabalho na transferência de trabalho, uma escrita por si e por outros, tendo por mola o desejo de saber desde o não-saber: "Trata-se de um ensino não fechado em si mesmo, mas produzindo efeitos para além de si mesmo, induzindo os outros a fazer esse trabalho" (Miller, 2023c, p. 192).

Em "O aturdito" (1972), Lacan (2003b, p. 484) pronuncia: "[...] não posso dar conta 'daquilo que ensino' a não ser acompanhando seus efeitos no discurso analítico [...]". Aproximadamente dois anos após, em 1974, no Seminário *RSI*, ainda sobre o *ao menos dois*, Lacan (1974-1975/2002, p. 5) articula-o a efeitos: "O analista para ter efeitos é o analista que, esses efeitos, os teoriza". Se a condição da análise é que o analisante fale, lugar do sujeito, do mesmo modo é a condição do analista como analisante na cena pública da transmissão, que assim fale e tenha quem o escute.

Ensino por ensinante, enquanto resposta de operações, só possível sob a condição de analisante. Reitero, o analista, para ter efeitos, é aquele que teoriza esses efeitos, suscitando uma questão: Existiria ou existe analista que não teorize efeitos, tampouco tenha efeitos a teorizar? Parece simples, mas não o é. À tentativa de responder, remeto o *ao menos dois* ao fenômeno lacaniano, referido no início deste texto, ao qual Lacan deu a característica de onda, e com a qual brinca dizendo que poderia ter tentado escrever as letras noutra ordem: "[...] no lugar de R.S.I, R.I.S, isso daria riso esse famoso riso d'água, que em alguma parte nos meus Escritos, eu equivoco" (Lacan, 1974-1975/2002, p. 5). Essa brincadeira homofônica com *riso d'água* sugere tratar-se de ser efeito para um público e sob também efeitos em torno de criação, inconsciente, furo, equívoco, sem sentido. Então, inevitáveis efeitos não exclusivos ao público, mas àquele que ora transmite a partir da sua análise sob trabalho de transferência e transferência de trabalho, e suas contingências.

Então, se ao analista é indispensável ser *ao menos dois*, pressupõe-se prática em direção ao real, sob o fazer e seus efei-

tos teóricos em cena pública, tendo como mola propulsora a fala não toda dita em quaisquer dispositivos de transmissão. Um ressoar, ecoar em voltas de escuta e fala/fala e escuta sob consequentes questões inevitáveis e seus efeitos circulantes. Lacan (1974-1975/2002, p. 5) prossegue nesse Seminário, enquanto prática clínica, dizendo que o discurso analítico funciona não sem perder algo noutra parte e acrescenta: "[...] darmo-nos conta de nossa própria, refiro-me a nós, analistas, operação".

Sob esta perspectiva, recolhi contribuições preciosas trazidas por Ana Viganó (2026) ao enfatizar ser preciso que o analista seja ao menos dois, duas pessoas de si mesmo. Por um lado, ser o analista do ato que produz efeitos e, por outro, o analista clínico que constrói casos, interroga e teoriza sua prática. Este último inaugura o *ao menos dois*. Supõe-se uma extensão necessária entre a experiência analítica e a clínica, pois esta última é uma elucubração de saber sobre o que é a experiência.

Ainda, ao analista praticante, algo lhe é ensinado no singular de cada analisante, de cada unidade de sessão, permitindo-lhe o ato analítico. Isto remete à insistência do novo sob apoio, primeiro, da possibilidade da eficácia da análise, implicando o analisante a produzir um novo significante; segundo, da invenção e reinvenção do analista quando da sua prática, transmissão e ensino. Um fazer algo novo, termo sobre o qual Miller reporta a Lacan quando do Congresso sobre a "Transmissão da psicanálise": "Não há transmissão da psicanálise, é preciso que cada um a reinvente" (1978, *apud* Miller, 2023b, p. 175).

Falar em ensino e no impossível de ensinar é um paradoxo; no entanto, remete a um dispositivo de ação lacaniana que pode contribuir para esta investigação sobre o *ao menos dois*, o Cartel. Dispositivo que, sob fenda, abre passagem à transferência de trabalho, mediante condição singular num coletivo, no qual a função do mais-um provoca, sob inconsistência, algo de enunciação a permitir o movimento de produção e transmissão. Algo como extensão da intensão – sobre isso, Miller (2023c, p. 186), quando do trabalho de cartéis, se reporta ao "Ato da fundação" dizendo: "O ensino da psicanálise só pode transmitir-se de um sujeito para outro pelas vias de uma transferência de trabalho".

"[...] Passa, se eu me medito; / se desperto, passou" (Pessoa, 2009, p. 177). Mais uma articulação que esse poema provoca. Eis que mais um dispositivo se afina à presente temática que lhes trago. Em pergunta, a reintroduzo: Se, para se ter efeitos, o analista é aquele que esses efeitos teoriza, o que disso se opera no Passe e seus testemunhos? No Passe, uma espécie de oferta de experiência analítica é feita à transmissão desde o testemunho pessoal acolhido pelos passadores, em produção

de um saber sobre a travessia de análise, até o testemunho indireto de passe, ou seja, o testemunho se faz em cena pública. Cito Miller (2018, p. 28-29): "O passe [...] Um convite ao analisante para ele oferecer sua experiência à transmissão. [...] Ora, faz-se o passe para a transmissão. [...] transmissão *do que não se perde* ao ser repetido por outros para outros [...]". Suscita o desejo de saber despertado a partir da experiência analítica, donde a fala é dirigida a um Outro para passar em ensino a tantos outros.

Prosseguindo pelo caminho do saber, são inconfundíveis o transmitir um saber e o produzir um saber. Sob a luz da Orientação Lacaniana, não se trata de transmitir um saber, pois isso fica para mestre-professor, mas se trata de uma produção que implica barra ao saber, por não ser da ordem do absoluto nem do científico, mas de fonte inesgotável, já que o real não se esgota. Então, diria, travessia não sem intervalo, condição para saltar o sujeito, enquanto analisante, tanto na cena da análise como na transmissão e ensino em cena pública.

Então, numa dimensão que faz passagem da intensão à extensão como analisante em circuito público e seu retorno, pelas voltas que a palavra dá, em fala e escrita, e do impossível de se dizer à escuta. Efeitos de lá e de cá enquanto encontro com outros analistas naquilo que há de trabalho, um coletivo não sem o particular e o singular, que convoca à condição, diria, de transmissor em discurso de analisante, posição de sujeito barrado. Nesse caminho, elejo passagem escrita por Miller (2023b, p. 172): "Sê-nos propícia, ó Escola, sê propícia à nossa transferência e à nossa transferência de trabalho [...] sê-nos muito benevolente, ó Escola, em nossas rotinas e em nossos encontros, em nossos passes e em nossos impasses". Refere-se à transferência com a Escola, seja por aqueles que aderem ao ato, embora possam se abster de trabalhos, seja por aqueles, a quem nomeia de servos da transferência de trabalho. Transferência à Escola com seus objetivos de trabalho convocando à responsabilidade do analista incitado pela iniciativa e escolha próprias. En*FIM*, o analista ser *ao menos dois*, é indispensável!

REFERÊNCIAS:

LACAN, J. *O seminário*, livro 22: *RSI*. (1974-1975) Tradução: Ricardo E. Rodriguez. Buenos Aires: La Escuela Freudiana de Buenos Aires (EFBA), 2002.

LACAN, J. Ato de fundação. (1971) In: LACAN, J. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003a. p. 235-247.

LACAN, J. O aturdito. (1972) In: LACAN, J. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003b. p. 448-497.

MILLER, J.-A. A favor do passe, delenda. In: MILLER, J.-A. *Aposta no passe*: seguido de 15 testemunhos de Analistas da Escola, membros da EBP. Organização e tradução: Ana Lydia Santiago. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2018. p. 28-29.

MILLER, J.-A. Observações sobre a travessia da transferência. In: MILLER, J.-A. Como terminam as análises: paradoxos do passe. Rio de Janeiro: Zahar, 2023a.

MILLER, J.-A. Analista de sua própria experiência. In: MILLER, J.-A. Como terminam as análises: paradoxos do passe. Rio de Janeiro: Zahar, 2023b.

MILLER, J.-A. A Escola e seu psicanalista. In: MILLER, J.-A. Como terminam as análises: paradoxos do passe. Rio de Janeiro: Zahar, 2023c.

PESSOA, F. Entre o sono e o sonho. In: PESSOA, F. *Poesia (1931-1935 e não datada)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 177.

VIGANÓ, A. *Construção de Caso Clínico*. Convidada para ministrar o Curso breve promovido pelo Instituto de Psicanálise da Bahia (IPB), 2026.


右折できません
跣水二ノ橋



FUROS E RESSONÂNCIAS DO ATO

Em 2026, lemos o Seminário 15 de Lacan, O Ato Psicanalítico. A cada quarta-feira, no Seminário de Formação Permanente da EBP Bahia, os associados do IPB apresentaram uma resenha dos capítulos discutidos pelos membros — trabalho que agora publicamos na Lapsus, em sua ordem, com textos de Graziela Vasconcelos, Raphael Gadelha, Clara Melo, Graziela Pires, Liliane Sales, Marília Santiago, Camila Lira.

Ato e babaquice da verdade

Raphael Gadelha
Associado ao IPB

No último encontro, trabalhamos o capítulo I, “Ato e ação”, do Seminário 15. Nele, Lacan aponta uma dificuldade de diferenciar esses dois termos, alertando que não é seguro simplesmente identificar a ação à motricidade, pois a motricidade pode ter valor de ato. Diz ele: “O fato de eu poder andar pra lá e pra cá falando com vocês não constitui um ato, mas se andar me fizer um dia atravessar um certo limiar em que eu me coloque fora da lei, nesse dia a minha motricidade terá valor de ato” (Lacan, 1967-1968/2025, p. 16).

Essa frase ecoou no encontro passado. De que se trata isto: um “limiar que me coloque fora da lei”? Bom, no resumo que Lacan faz do Seminário 15, presente em *Outros escritos*, ele parece dizer essa frase de outra maneira: “Andar só é ato desde que não diga apenas ‘anda-se’ [...], mas faça com que ‘cheguei’ se verifique nele” (Lacan, 1969/2003, p. 371).

No capítulo que trataremos hoje, ele diz que, do ato, “resulta algo como uma conversão na posição do sujeito quanto à sua relação com o saber” (Lacan, 1967-1968/2025, p. 29). Isso me remete à fala de Rogério no encontro passado: “Para o saber, é preciso de um ato que funde um campo onde ele possa se

articular". Parece-me que o ato analítico pode fundar um campo na medida em que promove a disjunção de $S_1//S_2$, permitindo que surja uma nova articulação. Promover a disjunção de $S_1//S_2$ é ir contra o sentido, é o avesso do discurso do mestre ($S_1 \rightarrow S_2$). O ato analítico vai na direção dessa brecha, sem sentido, nessa disjunção que faz ressoar o furo.

Talvez, possamos evocar aqui a expressão que Lacan usa no Seminário 14 (1966-1967/2024), ao definir a "interpretação" como um "efeito de verdade". A interpretação tem um *efeito de verdade*, mas não a verdade como pressuposto. Ou seja, ele não está falando em uma "verdade da interpretação". A ideia de uma "verdade da interpretação" nos faz crer que há uma verdade para a qual a interpretação mira, como se o analista atuasse para desvelá-la

Nesse ponto do ensino de Lacan, não se trata de encontrar uma verdade velada, a "verdade por trás de um ato". É isso que ele pontua no capítulo 2: "Se há uma dimensão que é própria à psicanálise, não é tanto a verdade da babaquice quanto a babaquice da verdade" (Lacan, 1967-1968/2025, p. 42).

Vamos, então, ao capítulo 2, "Babaquice da verdade".

Texto elaborado a partir das apresentações de Analícea Calmon e Rogério Barros, sob a coordenação de Marcelo Magnelli, no Seminário de Formação Permanente da Escola Brasileira de Psicanálise (Seção Bahia), dedicado ao Seminário 15, *O ato psicanalítico*, de Jacques Lacan.

REFERÊNCIAS:

LACAN, J. *O seminário*, livro 14: *A lógica do fantasma*. (1966-1967) Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução: Teresinha N. Meirelles do Prado. Rio de Janeiro: Zahar, 2024.

LACAN, J. *O seminário*, livro 15: *O ato psicanalítico*. (1967-1968) Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução: Teresinha N. Meirelles do Prado. Rio de Janeiro: Zahar, 2025. Cap. II - Babaquice da verdade, p. 27-44.

LACAN, J. Resumo do Seminário do ato psicanalítico. (1969) In: LACAN, J. *Outros escritos*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. p. 371-377.

Babaquice da verdade

Liliane Sales
Associada ao IPB

Na última quarta-feira fiquei fisgada pela babaquice da verdade, assim como Camila Costa. Há uma proposta de Lacan quanto à não inversão do termo. Portanto, não seria correto dizer "a verdade da babaquice", uma vez que a verdade está no tropeço, na sua babaquice, a princípio desconhecida; ali onde o inconsciente fala e pode revelar o desejo e o gozo, como apareceu na conversação daquela noite.

O que Lacan introduz com esse termo é que a verdade revela algo de uma alienação do sujeito com seu gozo; enquanto o sujeito busca por uma verdade, opta por esconder de si o real que lhe parece insuportável.

No exemplo dado sobre o charmoso garoto que tinha um encontro com uma garota que não ocorreu, pois ela lhe deu um cano, Lacan escuta esta afirmação: "*Entendi bem que mais uma vez se tratava de uma mulher não acolhedora*". "Que babaquice charmosa é essa?", pergunta Lacan (1967-1968/2025). E fala ao mesmo tempo do humor que ela carrega, podendo ser até mesmo divertido este ponto de absoluto desconhecimento de si. E que não deixa de denunciar uma verdade através da sua indignação.

A posição do analista diante dessa afirmativa, de um ato sintomático, é a de trazer luz e provocar uma abertura que pode ocorrer com um corte de sessão, ou uma intervenção que promova a queda da verdade. Aquilo que antes era escamoteado e que a babaquice deixa escapar.

O ato analítico em si é da ordem do acontecimento, em que me pergunto se, nesse instante de um lapso em que ocorre tal abertura, podemos pensar em uma subversão do tempo. Digo, da sequência tão usual do *instante de ver, tempo de compreender e momento de concluir*? Uma certa ruptura dessa lógica que abre para o inesperado do ato?

Penso que o ato analítico não segue uma progressão linear na qual a compreensão leva necessariamente à conclusão. E uma interrupção da cadeia significante a qualquer momento transformaria o "tempo de compreender" em um "momento de concluir" antecipado, forçando o sujeito a encarar seu pedaço de real.

Não temos como prever os efeitos: o ato analítico permite colher os efeitos no só depois, quando um saber se desfaz. A aposta final seria de que o desejo se reinscreveria a partir do corte na cena, na escuta e no posterior tempo de compreender.

O momento do ato ocorre sem que haja sujeito e sem que haja Outro. Isso define o ato analítico se considerarmos esse ato do lado do analista, em que o ato está mais para o acontecimento não calculado, uma vez que ele é sem sujeito.

Texto elaborado a partir das apresentações de Camilla Costa e Luiz Felipe, sob a coordenação de Pablo Sauce, no Seminário de Formação Permanente da Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Bahia, dedicado ao Seminário 15, *O ato psicanalítico*, de Jacques Lacan.

REFERÊNCIA:

LACAN, J. *O seminário*, livro 15: *O ato psicanalítico*. (1967-1968) Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução: Teresinha N. Meirelles do Prado. Rio de Janeiro: Zahar, 2025. Cap. II - Babaquice da verdade, p.22.

Não o analisado, mas o analisante

Graziela Vasconcelos
Associada ao IPB

Um capítulo precioso, cuja transmissão feita por Aléssia e Wilker me permitiu localizar o valor do giro produzido por Lacan ao transferir do paciente ao analista a noção de analisante. É da posição do analista que aqui se trata: uma posição deslocalizada, atópica, que ao contrário de sustentar um saber, ao modo do discurso do mestre, se dirige a um *não-saber*. O analista, ao não recuar de sua posição de analisante, diante do ponto de recusa do *não querer saber nada disso*, sustenta o trabalho do inconsciente e opera de modo a permitir que o sujeito se confronte com o real do seu gozo.

É esse gozo em jogo que orienta o ato analítico, o qual, ao operar como corte inscrito na transferência e na função do objeto *a*, produz uma separação do Outro e faz surgir o significante destacado do sentido. É por isso, talvez, que Lacan indica que o ato como tal não se presta à interpretação, já que esta opera também por fazer surgir algo não apreendido até então. A interpretação incide no que faz barulho, no ponto em que o significante faz marca de gozo.

Não deixemos de lado a transferência como colocação em ato da realidade do inconsciente. No modo como se in-

sere, não parece confundir-se com o ato; no entanto, marca sua existência como condição, como aquela sem a qual o ato analítico não poderia vir a ser.

No Seminário 10, Lacan faz uma importante distinção entre o *acting out* e a passagem ao ato, colocando em jogo o que aqui nos interessa: a interpretação e a transferência. Enquanto no *acting out* há uma convocação do sujeito a uma interpretação endereçada ao Outro e sustentada na transferência enquanto sujeito suposto saber, ainda que uma transferência selvagem; na passagem ao ato não há sujeito ou, melhor dizendo, "o sujeito se encaminha para se evadir da cena"[1], lembrando, ainda com Lacan, que a cena é do Outro.

É por esse ponto da intervenção de Aléssia, que aproxima o ato analítico da passagem ao ato, que sou capturada; revelando uma homologia impressionante e, contudo, uma distinção manifesta entre eles. Em ambos os casos, no instante em que se produzem, testemunha-se um eclipse do sujeito e uma certa destituição do Outro. Há, sem dúvida, uma estrita temporalidade em jogo - um antes e um depois - bem como o encontro incontornável com o insuportável do real do gozo. Todavia, apesar de tamanha aproximação, uma questão se apresenta: por que na passagem ao ato o sujeito *abandona-se*, *deixa-se cair,* enquanto no ato analítico o mesmo não ocorre? Teria a ver com a incidência de uma interpretação sob transferência que - ao contrário da passagem ao ato, na qual o sujeito experimenta seu máximo apagamento por meio da barra - produz uma separação do Outro, antes que um apagamento se dê? Por tudo o que implica o ato analítico ao operar, ele inevitavelmente desarticularia a montagem que precipita a passagem ao ato? Questões que ressoam e que, para mim, permanecem em aberto.

Texto elaborado a partir das apresentações de Wilker França e Aléssia Fontenelle, sob a coordenação de Julia Solano, no Seminário de Formação Permanente da Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Bahia, dedicado ao Seminário 15, *O ato psicanalítico*, de Jacques Lacan.

REFERÊNCIAS:

LACAN, Jacques. Não o analisado, mas o analisante. In: LACAN, Jacques. O seminário, livro 15: o ato psicanalítico (1967-1968). Rio de Janeiro: Zahar, 2025. Cap. III. Pg 45-60.

LACAN, Jaques. Passagem ao ato e *acting out*. *In:* Jacques. O seminário, livro 10: a angústia (1962-1963). Rio de Janeiro: Zahar, 2005. Cap. IX. Pg 128-145.

1 Lacan, J. (1962-1963). *Seminário 10*, a angústia. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

Dejetos da produção psicanalítica

Raphael Gadelha
Associado ao IPB

Dia 1º de abril, quando abordamos o capítulo “Não o analisado, mas o analisante”, Aléssia Fontenelle nos trouxe uma diferenciação importante desses termos. “Analisado” está ligado a uma concepção clássica de saber, na qual um especialista, enquanto um mestre, aplica um saber, *prêt-à-porter*, a um indivíduo tomado como objeto de uma operação. Já “analisante” remete a um dispositivo em que o sujeito se engaja em sua própria fala.

O que seria um “analisado”? Um “curado”? Um ser que, ao cabo de um percurso analítico, atingiu o bem-estar? O termo “analisado” é um termo que remonta ao discurso do mestre. Em uma psicanálise, não existe “analisado”, mas “analisante”. Entretanto, o discurso do mestre crê no “analisado”, crê no “bem-estar”, ou como diz Miller (2010/2011, p. 227): “O discurso do Mestre crê na saúde mental”. Esse trecho vem de “Salvação pelos dejetos”, em que Miller aponta que o ideal da saúde mental, no que tange a um ideal de bem-estar, é “proibido ao analista” (Miller, 2010/2011, p. 233). O analista não atua visando ao “bem-estar”, mas ao “bem-dizer”, e é nisso que a prática analítica é menos afim do ideal e mais afim do dejeto. Semana passada,

disse Claudio Melo: “A psicanálise se vale justamente do que escapa ao discurso do mestre e o da ciência”, a psicanálise se vale “dos dejetos”. Portanto, esse ideal do “bem-estar” – cito Miller (2010/2011, p.227) – “é proibido ao analista que oferece uma via inédita, mais precária e, no entanto, mais segura: a salvação pelos dejetos”.

No capítulo 4, “Os dejetos da produção psicanalítica”, Lacan aponta a relação do dejeto com o objeto *a*. É por essa via que ele pretende investigar a ligação do dejeto com o ato analítico. Destaco uma frase: “Existem dejetos ininterpretáveis” (Lacan, 1967-1968/2025, p. 74). Claudio tocou nesse ponto quando disse: “A análise não se esgota no sentido. Nem mesmo em uma interpretação última. Há um ponto em que resta algo opaco, irredutível, e o analista, em sua ética, não pode se esquecer de que é nesse furo que ele deverá operar.”

Mas o que é um dejeto? Miller (2010/2011, p. 228) responde que “É o que é rejeitado e especialmente rejeitado ao cabo de uma operação onde se retém o ouro, a substância preciosa a que ela leva”. O dejeto é o que cai dessa operação, “o que tomba quando por outro lado algo se eleva” (Miller, 2010/2011, p. 228).

O dejeto tem a ver com a posição do psicanalista. Um psicanalista não é o resultado do acúmulo de estudos ou de experiência, mas um produto da própria análise. Cito Lacan (1967/2003, p. 259) em “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola”: “A passagem de psicanalisando a psicanalista tem uma porta cuja dobradiça é o resto que constitui a divisão entre eles, porque essa divisão não é outra senão a do sujeito, da qual esse resto é a causa”.

Aléssia ressalta que um psicanalista não é um “psicanalisado”. Cito Aléssia: “O que pode advir ao final de uma análise é antes um sujeito advertido de sua divisão e da função da causa que o move”. Ao final, há um sujeito que pode se dizer “analisante” – “a posição de psicanalista é afim da posição de psicanalisando”. Entendo que estar “advertido da função da causa que o move” é estar advertido da posição de dejeto. É a posição de dejeto que é o *motus* (“movimento”/silêncio) de nossa prática analítica. Como diz Miller (2010/2011, p. 231): “O que salva o psicanalista é fazer do dejeto o princípio de um novo discurso”. Associo isso com algo presente no capítulo com que trabalharemos hoje, “O percurso de uma análise”. Lacan diz na página 89: “o analista [...] ao final da análise, vem a suportar não ser nada além desse resto - esse resto de coisa caída chamado objeto *a*”. Portanto, é a partir do dejeto, em sua afinidade com o objeto *a*, que Lacan adentra nessa seção do Seminário 15, “O fim de uma análise”. Seguindo os rastros do dejeto, adentramos no capítulo de hoje, “O percurso de uma análise”.

Texto elaborado a partir das apresentações de Sônia Vicente e Cláudio Melo, sob a coordenação de Iordan Gurgel, no Seminário de Formação Permanente da Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Bahia, dedicado ao Seminário 15, *O ato psicanalítico*, de Jacques Lacan.

REFERÊNCIAS:

LACAN, J. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. (1967) In: LACAN, J. *Outros escritos*. Tradução: V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. p. 248-264.

LACAN, J. *O seminário*, livro 15: *O ato psicanalítico*. (1967-1968) Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução: Teresinha N. Meirelles do Prado. Rio de Janeiro: Zahar, 2025. Cap. IV - Os dejetos da produção psicanalítica, p. 6

MILLER, J.-A. A salvação pelos dejetos. (2010) In: MILLER, J.-A. *Perspectivas dos Escritos e Outros Escritos de Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011. p. 227-233.

Questionamento do sujeito suposto saber

Camila Lira
Associada ao IPB

Na última semana, contamos com a apresentação de Rogério Barros e Marcela Antelo acerca da Lição IX, "Questionamento do sujeito suposto saber". Marcela destacou a primeira publicação do *Scilicet*, à qual Lacan faz referência logo ao início da aula – publicação em que ele inova ao propor que os textos não sejam assinados. Cito Marcela: «[...] quando os analistas estão identificados ao sujeito suposto saber, Lacan diz: não vão assinar». O sujeito suposto saber não é nada mais que um ideal, uma falácia; não por isso dispensável na experiência analítica, muito pelo contrário. O ato analítico instaura uma divisão e, como nos diz Rogério, "evidencia o furo para depois linguajar".

Para isso, é necessário um ato de fé no sujeito suposto saber. Como nos diz Gilberto Gil (1982): "Andar com fé eu vou / Que a fé não costuma faiar". A fé na suposição de saber move a experiência analítica até faiar, até nos darmos conta da falácia com a sua queda no final da análise.

Um dos pontos destacados por Rogério, pelo qual tive um particular interesse, foi: o sujeito suposto saber não é inerente ao psicanalista. Tal afirmação

me remeteu a uma vinheta clínica, que compartilho aqui de maneira sintética, a título de ilustração.

A paciente chega à primeira sessão angustiada e me questiona inúmeras vezes sobre o sentido da vida – a que, evidentemente, não respondo, dizendo-lhe que era algo a ser construído e que aquele espaço era oferecido justamente para isso. Depois de algum tempo, com mudanças importantes em sua posição subjetiva, ela me confessa algo: que, no começo, não vinha muito animada às sessões, pois a praticante ficava muito calada; mas que, com o passar do tempo, teve alguns "cliques" e começou a se dar conta de muitas coisas sobre si. A partir daí, ao final das sessões, passou a dizer: "Viva Sigmund Freud, viva a psicanálise!". De uma suposição de saber à praticante, ela passa também a supor um saber à psicanálise – o que a leva, inclusive, a pesquisar e trazer suas próprias conclusões, como a impressão de ficar "muito no imaginário".

Retomando a suposição de saber, lembro-me de uma pergunta levantada em conversação por uma colega nas últimas Jornadas. Era algo assim: se a suposição de saber está fragilizada na contemporaneidade, o que é isso que aparece na clínica, em que os sujeitos querem respostas rápidas e práticas sobre o que lhes ocorre, e endereçam isso ao analista? Encontrei uma pista em um livro de Agnès Aflalo (2012). Ela nos diz que a globalização cria a ilusão de que esses saberes seriam totais e universais; mas não só isso, os saberes também seriam comerciais, produtos.

Seguindo a linha dessa breve digressão, gostaria de retomar um ponto trazido por Rogério. Estaria a castração presente desde o início da experiência analítica nos chamados novos sintomas? Esses sintomas, como amplamente discutido, se apresentam como rechaço à castração. O cerne, então, estaria naquilo que exigiu do sujeito encontrar uma solução? No impossível de suportar? São questões a se pensar.

De volta a Lacan, fica essa tese que atravessa a lição IX: o sujeito suposto saber é ficção necessária, que não se sustenta sem a fé que Gil canta, nem sem o furo que o ato evidencia. É essa experiência analítica que a lição X irá formalizar através da lógica. Seguimos para ela.

Texto elaborado a partir das apresentações de Rogério Barros e Marcela Antelo, sob a coordenação de Pablo Sauce, no Seminário de Formação Permanente da Escola Brasileira de Psicanálise - Seção Bahia, dedicado ao Seminário 15, *O ato psicanalítico*, de Jacques Lacan.

REFERÊNCIAS:

AFLALO, A. A mercantilização dos saberes. In: AFLALO, A. *O assassinato frustrado da psicanálise*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.

GIL, G. Andar com fé [Música]. Em Um banda um. WEA. 1982.

LACAN, J. *O seminário*, livro 15: *O ato psicanalítico*. (1967-1968) Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução: Teresinha N. Meirelles do Prado. Rio de Janeiro: Zahar, 2025. Cap. IX - Questionamento do sujeito suposto saber, p. 139-156.

O percurso de uma análise

Clara Valverde Melo
Associada ao IPB

Dando continuidade à excelente proposta da Diretoria que chamamos de Furos e Ressonâncias do Seminário de Formação Permanente, trago um pouco do que pude ler do capítulo V do Seminário 15, apresentado aqui por Nilton Cerqueira e por Lucy de Castro.

O capítulo começa com o lado poético de Lacan, um lado de que eu gosto, ele falando sobre a lua. Mas como muita coisa em Lacan pode não ser exatamente o que parece, ele falava sobre o tempo, esse importante marcador do real. E o ato, o que tem a ver com a lua e com o tempo?

Alegrei-me ao ler sobre a travessia do Rubicão nesse capítulo, algo que tinha lido há pouco no cartel em que estudamos sobre a obra de Machado de Assis, exemplo de que a orientação lacaniana se deixa encontrar com a leitura de outros saberes, como a literatura. A ideia da travessia do Rubicão por Júlio César em 49 antes de Cristo, que deu início à guerra civil romana, marca um ponto sem retorno, um ter que assumir e lidar com as consequências de algo. E uma análise é um caminho sem volta?

Lacan vai nos dizer que uma das maneiras de abordar o que é o ato é pelo

começo, onde há um desejo inédito. Começar uma análise é um ato. É preciso um ato para se localizar um início, e ele está do lado do psicanalista, pois é ele quem abre para o analisante o campo do sujeito suposto saber. Ao colocar em marcha o inconsciente, este ato produz como efeito a ruptura do cogito, a dissociação do sujeito que pensa e do sujeito que é.

O esquema que fornece a estrutura do ato analítico explicita a premissa que o organiza: a divisão do sujeito entre o ser e o pensamento, uma leitura lacaniana do cogito cartesiano que implica um posicionamento do sujeito diante de sua divisão e que subverte o "penso, logo sou". O ato do cogito, vai dizer Lacan, é o erro sobre o ser, é o falso ato.

Ele sugere, então, com seu esquema, que a operação produto, na análise, é a operação transferência, que abrange e articula a operação alienação – na qual o sujeito é e não pensa – e a operação verdade – na qual o sujeito pensa e não é. Ficou em aberto o meu entendimento sobre o gráfico. Algumas leituras podem ser feitas a partir dele.

Uma delas é dizer que o ato incide sobre a divisão do sujeito, provocada em razão da castração, promovendo um tratamento dessa divisão. Outra é que o ato não opera com a interpretação pela via do sentido. O agente do ato é o objeto *a*, e seu efeito é a suspensão momentânea do pensamento. O ato separa, por um instante, o objeto *a* e o pensamento, reeditando, assim, a divisão estrutural do sujeito.

Sabemos que o ato analítico está intimamente ligado à transferência, não existindo fora dessa dimensão; ela é o eixo do tratamento. O fim da análise consiste na queda do sujeito suposto saber e na sua redução ao advento do objeto *a* como causa da divisão do sujeito. O analista, ao final da análise, vai suportar não ser nada além do resto da coisa caída que se chama objeto *a*.

Acredito que, quando a sorte está lançada, como quando se atravessa o Rubicão, esse percurso de análise até o seu final não é para todos. Lacan foi enfático quando disse que ser psicanalista começa no final de uma psicanálise. Contudo, o início de uma análise pelo ato, quando ela ocorre, pode ser uma experiência para aqueles que tomam a palavra como um caminho que não se sabe ao certo o destino. O que temos, então, é uma orientação. E se me perguntassem onde isso vai dar, eu lhes responderia *à la* BaianaSystem: "Ô, minha rosa, meu coração não é bola de cristal, não / [...] / não dá pra prever o que vai acontecer".

Texto elaborado a partir das apresentações de Nilton Cerqueira e Lucy de Castro, sob a coordenação de Pablo Sauce, no Seminário de Formação Permanente da Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Bahia, dedicado ao Seminário 15, *O ato psicanalítico*, de Jacques Lacan.

REFERÊNCIAS:

LACAN, J. *O seminário*, livro 15: *O ato psicanalítico*. (1967-1968) Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução: Teresinha N. Meirelles do Prado. Rio de Janeiro: Zahar, 2025. Cap. V – O percurso de uma análise, p. 78-91.

Tornar-se dejeto

Graziela Pires
Associada ao IPB

As transmissões de Fátima Sarmento e Tânia Abreu permitiram acompanhar, por vias distintas e complementares, o movimento central da aula VI do Seminário 15. Se Fátima privilegiou a formalização lógica apresentada por Lacan através do tetraedro, destacando a subversão do sujeito, a realização da falta e a função separadora do objeto *a*, Tânia aproximou esses mesmos operadores da experiência clínica, fazendo aparecer a contingência, a surpresa e os efeitos de um ato cujas consequências só podem ser reconhecidas *a posteriori*. Ambas convergiram, contudo, num ponto decisivo: o ato analítico não se define pela intenção daquele que o realiza, mas pelos efeitos que produz na posição subjetiva.

Um aspecto particularmente fecundo das duas apresentações foi a insistência na dimensão da passagem. Seja na travessia que conduz o sujeito do falso ser sustentado pelas identificações à experiência do "não sou", seja na passagem de analisante a analista, o que está em jogo é sempre uma transformação que não se reduz à aquisição de um saber. Ao contrário, a experiência analítica conduz a um ponto em que o saber encontra seu limite e onde emerge aquilo que Lacan formaliza como ob-

jeto *a*, resto irredutível que não se deixa absorver por nenhuma síntese.

A vinheta clínica trazida por Tânia ofereceu uma ilustração precisa daquilo que Lacan nomeia como ato. Não porque permitisse identificar uma técnica, mas justamente porque mostrava uma intervenção que escapou ao cálculo da própria analista. A surpresa do analisante encontrou como contraponto o horror da analista diante do próprio ato. O ato apareceu ali em sua dimensão mais própria: não como intenção, mas como acontecimento. Por sua vez, a exposição de Fátima permitiu localizar logicamente esse acontecimento, mostrando como a transferência opera como suporte da travessia que conduz da alienação à realização da falta.

Os comentários que se seguiram às apresentações contribuíram para refinar ainda mais essa questão ao interrogar a fórmula segundo a qual o ato seria "sem sujeito". Mais do que resolver a questão, o debate teve o mérito de recolocá-la em trabalho, distinguindo o ato da simples ação voluntária e insistindo na necessidade de pensá-lo a partir da incidência do dizer, do corpo e do gozo. Nesse sentido, o diálogo estabelecido entre as apresentações e os comentários preservou algo do próprio espírito do seminário: menos uma definição conclusiva do ato do que um esforço de circunscrever suas condições e seus efeitos.

A leitura do capítulo permite ainda destacar um ponto que atravessa toda a aula e que talvez funcione como seu horizonte mais amplo. Desde a abertura, Lacan afirma que possui duas ambições: uma longa – esclarecer o que é o ato; outra curta – saber em que o ato é do psicanalista. Em seguida, formula a pergunta que parece orientar todo o desenvolvimento da lição: "como há um psicanalista?". É justamente em torno dessa questão que se articulam o des-ser do sujeito suposto saber, a emergência do objeto *a* e a passagem de analisante a analista. Nesse sentido, as exposições de Fátima e Tânia mostraram que o problema do ato analítico conduz inevitavelmente ao problema da formação do analista. A resposta proposta por Lacan passa por uma operação singular: ao sustentar a transferência, o analista sabe de antemão que está destinado ao des-ser e que sua função é tornar-se apenas suporte do objeto *a*. Essa formulação encontra-se já nas primeiras páginas da aula, quando Lacan anuncia sua investigação sobre o ato e sobre a existência do psicanalista.

Entre a lógica rigorosa do tetraedro e a surpresa dos encontros clínicos, as apresentações deixaram entrever que o ato analítico talvez só possa ser reconhecido pelos rastros que produz. Ele não se anuncia. Não se antecipa. Faz-se presente no instante em que algo muda de lugar e, quando tentamos alcançá-lo, já passou.

Restam seus efeitos. Resta a marca de uma passagem.

Ao final da leitura desta aula, ficou-me a impressão de que Lacan procura circunscrever justamente esse ponto em que uma presença modifica uma posição subjetiva sem que se possa antecipar seus efeitos. E, óbvio, isso me lembrou Caetano Veloso: “A tua presença / paralisa meu momento em que tudo começa. A tua presença / desintegra e atualiza a minha presença”.

Texto elaborado a partir das apresentações de Tânia Abreu e Fátima Sarmento, sob a coordenação de Marcelo Magnelli, no Seminário de Formação Permanente da EBP Bahia, dedicado ao Seminário 15, *O ato psicanalítico*, de Jacques Lacan.

REFERÊNCIA:

LACAN, J. *O seminário*, livro 15: *O ato psicanalítico*. (1967-1968) Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução: Teresinha N. Meirelles do Prado. Rio de Janeiro: Zahar, 2025. Cap. VI - Tornar-se dejeto, p. 92-106.

O ato e o fazer

Liliane Sales
Associada ao IPB

Bem, retomamos aqui a aula de Sônia Vicente mais de um mês depois da sua apresentação. A comissão do Furos e Ressonâncias se faz presente para estabelecer essa ponte e darmos seguimento ao capítulo VIII.

Nessa aula VII do Seminário 15, Lacan se dedica à diferença entre o ato e o fazer. Ele se mostra inquieto em se certificar de que as pessoas estão atentas ao conceito do ato analítico.

Sônia nos dá uma verdadeira aula sobre o capítulo VII e se pergunta: "Por que Lacan estava repetindo tanto a mesma coisa?". Havia uma crítica à teoria de Lacan sobre o significante que leva ao ato analítico e então ele propõe encontros com seus pares.

Destaco a provocação que faz Lacan nesse momento. "Não posso lhes dar nada em troca da sua presença. O que os diverte é que vocês sentem que algo acontece, que não estamos de acordo. Isso já é um comecinho na dimensão do ato" (Lacan, 1967-1968/2025).

O que estava em jogo era uma questão política, e por isso Lacan faz a distinção entre ato e fazer. O ato não se

reduz a uma técnica, uma produção de efeitos previsíveis, diferentemente de um fazer, um se movimentar. O ato é da ordem do impossível de se agarrar. Ato produz uma modificação simbólica no sujeito. Para haver ato, é preciso ultrapassar o limite significante, mesmo sem sabermos as ressonâncias desse limite.

Um ato analítico não é algo programável, como pode ocorrer na interpretação. Não se deduz na teoria e não se sustenta na técnica. Ele ocorre quando o analista se apoia em um corte, um gesto que faça trepidar a verdade mentirosa do sintoma. Para tanto, só é possível essa manobra se há transferência, escuta analítica e postura diante do discurso. Não temos como prever os efeitos. O ato analítico só permite colher efeitos no só depois. Quando um saber se desfaz, aí entra a atuação do analista que se aloja na sustentação de uma análise quando o saber falha. É exatamente nesse furo que pode aparecer de outro modo algo mais singular do sujeito. A aposta final é de que o desejo possa se reinscrever a partir do corte, na cena, na escuta, no tempo de compreender. O analista sustenta o que não é dito, deixa um traço ali onde algo não foi recoberto e aparece como um estranho, marcando com isso um antes e um depois, pois o ato, quando acontece, deixa sua marca.

O ato inaugura algo novo que implica em uma ruptura; com isso, o ato instala um analista.

Já o fazer pertence ao registro da produção. No ato analítico, o sujeito se modifica no antes e no depois; no fazer, ele é o mesmo. O fazer do analisante é falar, é associar livremente.

Sônia nos diz: o fazer pertence à ordem da técnica e da produção; o ato instaura uma nova posição simbólica. Pois o saber não toca o real, mas o dizer sim. O dizer do analista produz efeitos através da interpretação que percorre por fora do sentido e do saber.

Lacan marca a diferença em que, na experiência analítica, ativo mesmo é o objeto *a*. Ele demonstra com isso que há uma inconsistência do Outro e, portanto, não se pode esperar reconhecimento e nem apenas função de testemunho, posto que a análise pela via inconsciente é infinita.

O momento do ato ocorre sem que haja sujeito, sem que haja Outro, e isso define o ato analítico, considerando esse ato do lado do analista. Lembremos a provocação de Lacan ao contrariar a proposta de Descartes, em que ele inverte a lógica do “penso logo existo” para “penso onde não sou e sou onde não penso”. A temporalidade do ato é de um instante, uma surpresa que faz crer o sujeito do lugar onde nunca havia se pensado.

Já a interpretação é efeito de uma estratégia do analista, não sem a autorização de uma transferência instalada nessa experiência.

O ato não é plenamente consciente, tem sempre algo que ultrapassa o saber do ato. Um saber não sabido. Um ato é uma travessia, mas o inconsciente pode ser posto em ato.

Para que o ato analítico tenha efeito, é necessário que esteja posto o desejo do analista e o consentimento do analisante. Pode ser apenas um fazer, o ato ocorre quando há modificação subjetiva no processo analítico.

A escolha por uma análise já é em si uma operação inconsciente, mesmo que o sujeito ainda não saiba disso.

A resistência que se apresenta em uma análise é a resistência ao discurso, que tem efeito de ato. O analista também tem horror ao seu ato, pois desvela algo do real. Só será possível ter efeito de ato se se sustenta o discurso. O SsS na transferência necessita fazer semblante e não ocupar o lugar de saber; assim, evita obliterar a livre associação e permitir que apareça o furo do real.

Sônia ainda nos trouxe um fragmento clínico para ilustrar sua intervenção clínica, trazendo a diferença da interpretação na primeira clínica, privilegiando o Édipo e a diferença das intervenções da última clínica, onde ocorreu uma rica discussão.

Texto elaborado a partir das apresentações de Sônia Vicente, sob a coordenação de Júlia Solano, no Seminário de Formação Permanente da Escola Brasileira de Psicanálise (EBP - Ba) , dedicado ao Seminário 15, *O ato psicanalítico*, de Jacques Lacan.

REFERÊNCIA:

LACAN, J. *O seminário*, livro 15: *O ato psicanalítico*. (1967-1968) Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução: Teresinha N. Meirelles do Prado. Rio de Janeiro: Zahar, 2025. Cap. VII.

Do psicanalisante ao psicanalista

Marília Santiago
Associada ao IPB

Após seu esforço em conceituar o ato analítico nos capítulos anteriores, nesta aula, Lacan nos leva mais além. Ele propõe desenvolver isto: a partir do ato, podemos deduzir que ali se exerceu a função de Psicanalista, um ato que funda uma função.

A chave para a leitura desta aula e também da Psicanálise foi muito bem apontada por Tânia: o que é um Psicanalista?

Lacan (1967-1968/2025, p. 123, grifos nossos) diz: "Se a questão do predicado incide sobre o psicanalista, ela continua sempre atual [...] quem ou que pode ser dito psicanalista?".

De saída, temos dois pontos: a questão do predicado e a questão do Psicanalista. Para isso, Lacan inicia seu percurso tomando como base a lógica aristotélica, sobre a qual tentarei fazer um esforço de redução. Lacan aqui está se questionando acerca do Sujeito Aristotélico, para tentar capturar algo da posição do Psicanalista e do Psicanalisante.

Para tentar desvendar a questão do predicado, vamos a Aristóteles, que buscou em seus constructos teóricos defi-

nir ou dividir a realidade a aspectos muito gerais. Ele chamou essa divisão de categorias. A substância é o que alicerça, fundamenta, baseia os demais. Para exemplificar: O homem é magro - O homem está correndo.

Nessa estrutura, temos *sujeito - verbo - predicado*. Nesse caso, a Substância seria O Homem. Já os predicados são: magro, correndo. Desse modo, segundo pensamento aristotélico, o predicado só existe de modo dependente de uma substância. No entanto, a substância existe de modo independente. Para Aristóteles, a substância é o que há de mais basilar na realidade. É a partir dela que outros modos de ser existem. A substância funciona como sujeito e são determinadas. Substância, então, se define como algo que não é predicado, nem é inerente a outra coisa; algo que pode subsistir por si ou separadamente do resto; algo determinado e particular; algo que apresenta uma unidade intrínseca e não um mero agregado.

Lacan se utiliza da lógica aristotélica para ir além. Ele nos diz em diferentes passagens da sua aula: "O termo substância vem aí produzir equivocidade com o que o sujeito comporta de suposição." (Lacan, 1967-1968/2025, p. 124). "Nada na *ousia*, nisso que para Aristóteles é o individual, é de natureza a poder situar-se no sujeito, nem a ser afirmado sobre o sujeito, ou seja, atribuído a ele." (Lacan, 1967-1968/2025, p. 124).

Como Tânia pontuou, Lacan se serve dos conceitos para poder fazer uma torção, e então nos apresenta outra face, a lógica matemática, para aproximar e aclarar seu famoso aforisma: Um significante representa o sujeito para outro significante.

Para seguir, faz-se necessário retomar um pouco da lógica aristotélica clássica caracterizada como o quadrado das oposições, que consiste em quatro tipos de proposições:

A: Universal Afirmativa (*"Todo homem é mortal"*);

E: Universal Negativa (*"Nenhum homem é mortal"*);

I: Particular Afirmativa (*"Algum homem é mortal"*);

O: Particular Negativa (*"Algum homem não é mortal"*).

Peirce reconfigura essa lógica construindo um gráfico em quatro quadrantes contendo traços verticais ou nenhum traço. A universal é afirmativa, ela é condição de todo raciocínio lógico formal que dela é deduzido. Lacan serve-se desse esquema para reler os quantificadores lógicos: no esquema de Peirce, a proposição universal afirmativa *"Todos os traços são verticais"* é verdadeira no Quadrante 1 (onde todos são verticais), mas também é verda-

deira no Quadrante 3 (onde não há traço algum!). No Quadrante 3 *não existe nenhum traço que contradiga a regra*.

O sujeito para Aristóteles se aproxima da substância, uma certa ideia de todo, uma instância da qual vem se derivar as demais. O sujeito para a psicanálise se apresenta de modo oposto, justo nesse quadrante vazio, efeito de um discurso, a partir de uma representação significante. O sujeito não está dado, é uma construção em uma análise, sob transferência. E foi com a transmissão de Carla que ela sintetizou de modo mais compreensível, além de nos ter dado uma aula de filosofia e lógica:

> Para todo homem inscrito na significação fálica, há um da exceção que não está inscrito. Ou seja, é só a partir do ato enunciativo referente àquele que não está inscrito, particular negativo (*"Algum homem não é mortal")*, que o universal se torna afirmativo (*"Todo homem é mortal")*. Com Aristóteles, vamos do Universal ao Particular; com Peirce, do particular ao universal, é o particular que funda o universal. Um dos fundamentos que Lacan irá trabalhar mais adiante com as Lógicas do todo e do não todo.

A lógica aqui nos serve para poder ler algo da posição do sujeito a partir da sua lógica. São as lógicas de posição às quais estamos submetidos. Sabemos que analisante e analista ocupam posições diferentes, lógicas diferentes. No entanto, sem analisante não há analista – distinção que Lacan traz ao longo da sua aula. Para ele, o psicanalisante é o sujeito de um discurso instituído por uma regra fundamental – a associação livre. Emergindo como efeito do discurso, ela se submete a uma operação discursiva em que perde para se reencontrar. O sujeito, então, é representado por um traço que não se vê, identifica-se com um traço que lhe marcou, mas lhe escapa. Assim, é representado por sua ausência.

Como um psicanalisante pode passar a Psicanalista? Lacan diz que é no final da análise que se encontra com uma verdade fundamental, a saber, a desigualdade entre o sujeito e qualquer subjetivação possível da sua realidade sexual. Há um consentimento com a castração, com Não Há Relação Sexual, com o furo que o sintoma tenta recobrir. Como consequência há a extração do objeto, um efeito lógico, objeto esse que reveste no analista, e sintoma que recobrem esse furo.

O psicanalisante é, então, um trabalhador que trabalha o inconsciente. O ato que instaura uma psicanálise parte de uma operação singular que dá lugar ao sujeito e é da ordem da tarefa. O ato analítico permite que lhe seja dado um lugar e se põe a trabalho – trabalhar o inconsciente. "Esse *a* que se trata, nós dissemos, é o psicanalista. Não é porque ele está aí des-

de o início que, ao final, dessa vez do ponto de vista da tarefa psicanalisante, não seja ele produto." (Lacan, 1967-1968/2025, p. 131).

Trago uma passagem da transmissão de Tânia que muito elucidou sobre a posição do analista:

> O analista precisa estar na posição de sustentáculo de objeto *a*, ou seja, o *em si*. Não é a pessoa do analista que é objeto. É algo da encarnação, como suporte do furo; como encarnação do objeto *a*; como causa de desejo, para promover o surgimento do gozo opaco, que se alcança no final da análise. Dito de outro modo: ali, onde o sujeito que busca uma análise visa uma garantia da verdade e do sentido, ele encontra um resto, objeto *a*, resto da operação significante. Deve se encontrar com a verdade mentirosa que habitava o sintoma, buscando o novo na repetição.

O ato analítico consiste em autorizar a tarefa analisante em uma suposição de saber. Do lado do analista, trata-se de saber ler, sem encarnar o lugar de sujeito suposto saber, para poder ler de um outro modo, de modo a proporcionar um outro modo de relação do analisante com seu sintoma, com seu sofrimento, extraindo outras formas de satisfação.

Texto elaborado a partir das apresentações de Tânia Abreu e Carla Fernandes, sob a coordenação de Iordan Gurgel, no Seminário de Formação Permanente da Escola Brasileira de Psicanálise (EBP - Ba) , dedicado ao Seminário 15, *O ato psicanalítico*, de Jacques Lacan.

REFERÊNCIAS:

LACAN, J. *O seminário*, livro 15: *O ato psicanalítico*. (1967-1968) Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução: Teresinha N. Meirelles do Prado. Rio de Janeiro: Zahar, 2025. Cap. VIII - Do psicanalisante ao psicanalista, p. 122 - 135.

LIMA, Vitor. **Lógica de Aristóteles**. 2021. 1 vídeo (64 min). Publicado pelo canal *Isto não* é Filosofia. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GN4UbGjvQsE. Acesso em: 6 nov. 2026.

LIMA, Vitor. **Metafísica de Aristóteles**. 2020. 1 vídeo (93 min). Publicado pelo canal *Isto não é Filosofia*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dS8FhVm-2cPg. Acesso em: 6 nov. 2026.

Surfonia

Raphael Gadelha
Associado ao IPB

Escrevo este texto algumas horas após voltar do surfe. O surfe me lembra de quando comecei a ler Lacan, pois no surfe é preciso ler... É preciso ler o mar. E na tentativa de ler o mar, eu não entendo nada! Em meio a esse não entendimento, algo da experiência toca meu corpo e me põe a trabalhar. É a partir desse esforço de leitura que venho fazendo que escrevo aqui, na tentativa de transmitir algo da minha experiência.

Quando se dropa em uma onda, o *timing* é muito importante. Dropar cedo demais pode resultar na perda da onda, ela vai embora. Dropar tarde demais pode fazer com que se perca velocidade e, embora seja possível surfar essa onda, frequentemente não se obtém o mesmo efeito. Mais cedo, quando estava no mar, pensei: É como numa interpretação. Falávamos em cartel outro dia sobre o *timing*, muitas vezes, ser mais importante do que aquilo que se diz no momento do ato. Portanto, quando se dropa uma interpretação, a dimensão do tempo está em questão. E sobre o *timing* certo de dropar, não basta que um professor ensine, tem algo que é impossível de ensinar... É preciso passar pela experiência.

Ler Lacan vai para além de entender o sentido de suas palavras. Trata-se de uma experiência. Há no seu estilo uma "transmissão em ato", como nos ensinou Ana Viganó (2026) no fim de semana.

Como se transmite o vivo da experiência? É lógico que se trata de algo impossível. Então, como se pode transmitir a psicanálise? A resposta que me vem no momento é: em ato. Isso ressoa com o que Daniela falou no encontro passado, sobre o Seminário 15 ser um "seminário ato", e localiza que há um esforço de Lacan para manter a psicanálise viva – um esforço de transmissão da psicanálise enquanto um ato.

O discurso analítico é o único que não ensina nada. Não ensina, não domina, mas causa desejo. Coisa que Analícea nos demonstra em sua vinheta clínica – uma mãe leva seu filho ao consultório queixando-se do sonambulismo dele. Ela relata sua tentativa de levá-lo à hipnose, mas o menino ficou horrorizado diante das pessoas hipnotizadas. Ela dropa a onda – quer dizer, intervém: "Parecem sonâmbulos". Essa mãe, que só tinha ido "por desencargo", acabou decidindo que a criança iria iniciar um tratamento analítico. Analícea demonstra o que é uma operação no discurso analítico... Não há pedido, indicação ou poder exercido – é uma posição de causa de desejo.

Nesse ponto do "ensino" não há ainda a formulação dos quatro discursos, mas Daniela aponta que nesse capítulo Lacan já faz uma tensão com o discurso do mestre. Disse ele: "não sou um professor justamente porque questiono o sujeito suposto saber. É isso que o professor nunca faz, pois, como tal, ele é essencialmente seu representante" (Lacan, 1967-1968/2025, p. 159). Com essa fala, é possível perceber algo da peculiaridade da posição que Lacan busca ocupar em seu "ensino". Talvez possamos pensar que, em seu "ensino", Lacan não ensina – ou que ensina o impossível –, fazendo, assim, uma transmissão em ato e causando desejo pela experiência psicanalítica. Isso é *sexy*... Isso me faz pensar sobre o que Rogério trouxe no curso de Ana Viganó sobre a escola *sexy*. Talvez seja interessante pensar que há algo de *sexy* em transmitir o impossível de transmitir... É preciso causar o desejo daquele que escuta. Como fazer isso? Não sei dizer, cada um deve inventar sua maneira de surfar na enunciação. Agora vamos escutar a enunciação de Mena e Wilker acerca do capítulo XI, "Vislumbres sobre a quantificação".

Texto elaborado a partir das apresentações de Analícea Calmon e Daniela Araújo, sob a coordenação de Marcelo Magnelli, no Seminário de Formação Permanente da Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Bahia, dedicado ao Seminário 15, *O ato psicanalítico*, de Jacques Lacan.

REFERÊNCIAS:

LACAN, J. *O seminário*, livro 15: *O ato psicanalítico*. (1967-1968) Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução: Teresinha N. Meirelles do Prado. Rio de Janeiro: Zahar, 2025.

VIGANÓ, A. *A construção do caso clínico* [Curso breve]. Instituto de Psicanálise da Bahia, Salvador, BA, Brasil. 22 de agosto de 2026.

Vislumbres sobre a quantificação

Camila Lira
Associada ao IPB

Na semana passada, Wilker França abriu seu texto com este poema de Carlos Drummond de Andrade:

No meio do caminho tinha uma pedra
Tinha uma pedra no meio do caminho
Tinha uma pedra
No meio do caminho tinha uma pedra
Nunca me esquecerei desse acontecimento
Na vida de minhas retinas tão fatigadas
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
Tinha uma pedra
Tinha uma pedra no meio do caminho
No meio do caminho tinha uma pedra

Ao final da conversação, Marcelo Veras nos diz que *pedra*, nesse poema, é, na verdade, um anagrama para perda: Drummond estaria enlutado com a morte de seu filho. Marcelo seguiu dizendo que talvez seja esse o papel do psicanalista: transformar algo que é da ordem da perda, do vazio, em algo que tenha alguma substância. Ou o que Mena trouxe como aquilo que falta ao pensamento e pesa ao corpo. Para tanto, é preciso repetir, repetir, até que essa pedra – ou melhor, essa perda – possa sair do caminho, ser deslocada... Isso me remete a algo que Luiz Mena trouxe em sua intervenção: é preciso passar pelo sentido

para ir além dele, ou seja, para tocar algo que é da ordem do impossível, do que não cessa de não se inscrever. Tal qual a morte de um filho. Nessa direção, o sentido não é algo descartável, e sim um caminho no qual certamente haverá pedras.

Esse não foi o principal ponto trabalhado na semana passada. Wilker e Mena tornaram mais clara a ideia de Lacan ao introduzir a lógica moderna. Na lógica aristotélica, o particular está subordinado ao universal – isso evidentemente não interessa a Lacan. Isto é, se bem os acompanhei: o particular, dentro da lógica aristotélica, seria um caso dentro da regra universal. O homem nessa lógica tem uma consistência, recheia-se de predicados, algo que o sujeito não tem. Para Lacan, o particular não deve ser pensado como um universal menor. A lógica moderna permite um caso, um singular que contradiz a regra; permite incluir, nela mesma, algo que está fora dela. Como ele próprio trabalhou anos depois no Seminário 20, "Existe ao menos um homem para quem a função fálica não incide". Wilker nos diz: surge aquilo que o universal escondia.

Lacan pensa o sujeito como dividido, dividido entre os sujeitos da enunciação e do enunciado. O sujeito não coincide com o que ele diz – é nisso que Lacan põe o acento. Recordei-me de um trecho do livro *Entre o cair e o despertar*: um fim de análise, de Domenico Cosenza (2026). Ele diz ao seu analista que sua primeira infância era uma Idade de Ouro, a que o analista, o que me arrisco a dizer em ato, responde: "Idade de Ouro? Está mais para Idade da Pedra". Ele se referia a uma época em que passou suas férias em *Pietra Ligure*. O ponto é: essa intervenção o desestabilizou, fez vacilar uma "regra" em que situou sua história. Ele diz: "O efeito de abertura do inconsciente foi produzido. Dali em diante, a análise pôde abrir esta fenda e mostrar, com o tempo, o trauma petrificado na suposta Idade de Ouro da primeira infância" (Cosenza, 2026, p. 30). Mas bom, chega de pedras. Sigamos para o próximo capítulo.

Texto elaborado a partir das apresentações de Luiz Mena e Wilker França, sob a coordenação de Iordan Gurgel, no Seminário Permanente do Instituto de Psicanálise da Bahia (IPB), dedicado ao Seminário 15, *O ato psicanalítico*, de Jacques Lacan.

REFERÊNCIAS:

COSENZA, D. Outro respiro. In: COSENZA, D. *Entre o cair e o despertar*: um fim de análise. Belo Horizonte: Scriptum, 2026.

LACAN, J. *O seminário*, livro 15: *O ato psicanalítico*. (1967-1968) Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução: Teresinha N. Meirelles do Prado. Rio de Janeiro: Zahar, 2025. Cap. XI - Vislumbres sobre a quantificação, p. 168-181.

Do todo ao objeto *a*

Graziela Pires
Associada ao IPB

O que é ser psicanalista? A pergunta que abre a aula de Lacan orientou a transmissão de Cláudio Melo e Daniela Araújo, permitindo acompanhar um percurso que, passando pela lógica de Frege, conduz da função do todo ao objeto *a* e retorna à questão do ato. O que se colocou em jogo foi a impossibilidade de um saber que pudesse apreender inteiramente o sujeito e, com ela, a interrogação sobre o estatuto do analista.

Cláudio nos ajudou a entrar nessa construção pela lógica de Frege, especialmente pela produção do zero e do um. Se o zero pode ser estabelecido por uma operação lógica sem depender da presença empírica de um objeto, a ausência deixa de ser pensada como simples inexistência. Essa passagem ofereceu uma via para acompanhar a operação de Lacan sobre a função do todo. Não se trata de fazer equivaler o zero ao objeto *a*, mas de compreender que a lógica permite abordar aquilo que não se deixa apreender pela via de uma totalidade. Cláudio destacou, assim, que o objeto perdido não é um fragmento de uma unidade originária: é em torno dessa perda que se constrói retroativamente a miragem de que um dia houve um todo.

Essa elaboração encontrou uma expressão particularmente esclarecedora na imagem dos pinos e dos buracos, retomada por Cláudio a partir do testemunho de Irene. A fantasia sustenta a expectativa de encontrar a peça capaz de preencher a falta. A análise não oferece um encaixe melhor; ela permite que essa exigência de completude perca sua consistência.

Daniela fez essa lógica passar pela experiência analítica ao apresentar o testemunho de Irene. O significante "doce", vindo do Outro familiar, articulava uma posição fantasmática na qual ela se oferecia para ser devorada, gozada ou calada. Nos comentários, a distinção entre o doce e a bala tornou mais precisa essa operação: o primeiro situa a articulação significante; a segunda permite acompanhar o destacamento do objeto. A bala engasgada pode ser cuspida. Algo se extrai, em vez de ser finalmente acomodado no lugar que lhe estaria reservado.

A extração da voz introduz outra dimensão desse percurso. No trabalho da transferência, a voz deixa de permanecer inteiramente capturada na relação com o Outro. O testemunho culmina em uma passagem na qual a voz pode ressoar no vazio do Outro, sem que esse vazio precise ser preenchido. A expressão "o vazio também se come", recolhida por Daniela, faz ressoar justamente essa mudança na relação com aquilo que faltava.

Uma formulação dos comentários condensou a operação: o objeto *a* não preenche o buraco, ele o contorna. A discussão permitiu ainda retomar a expressão utilizada por Lacan, "passagem ao ato, digamos, esclarecida", interrogando a passagem do analisante ao analista. Não basta defini-la pela ausência do sujeito, pois em todo ato algo lhe escapa. Os comentários apontaram para a saída da cena fantasmática e para o corte com o Outro, destacando que essa lógica não está dada de antemão: ela se constrói no percurso singular de uma análise e pode ser recolhida por seus efeitos.

Ao final da transmissão, a pergunta inicial retorna sob outra forma. Se a experiência analítica não produz um sujeito completo nem um saber capaz de esgotá-lo, e se o analista não se define por um predicado que lhe conferiria uma identidade, o que se opera, na passagem do analisante ao analista, para que possamos falar de ato?

Texto elaborado a partir das apresentações de Daniela Araújo e Cláudio Melo, sob a coordenação de Julia Solano, no Seminário de Formação Permanente da EBP Bahia, dedicado ao Seminário 15, *O ato psicanalítico*, de Jacques Lacan.

REFERÊNCIA:

LACAN, J. *O seminário*, livro 15: *O ato psicanalítico*. (1967-1968) Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução: Teresinha N. Meirelles do Prado. Rio de Janeiro: Zahar, 2025. Cap. XII - Do todo ao objeto *a*, p. 182-196.

O estatuto do psicanalista

Liliane Sales
Associada ao IPB

O último encontro do Seminário de Formação Permanente tomou como eixo a pergunta pelo estatuto do psicanalista, percorrendo as relações entre retórica, lógica, sujeito e ato analítico. Desde o início, a distinção apresentada por Luisa entre retórica e lógica me pareceu abrir uma via importante para pensar essa questão. Se a retórica se ocupa dos efeitos da palavra e de sua capacidade de afetar o sujeito pela fala, a lógica introduz uma dimensão outra: a do limite, daquilo que não pode ser reduzido à multiplicidade dos sentidos nem totalizado por um sistema de saber.

Nesse percurso, a concepção lacaniana do sujeito como efeito da articulação significante ganha um lugar fundamental. Se o significante representa o sujeito para outro significante, há, entretanto, um resto que não se deixa absorver pela representação. É nesse ponto que se situa o objeto a, enquanto causa do desejo e marca de uma perda constitutiva. O que permanece como resto, aquilo que escapa à representação e à totalização, parece justamente colocar em questão qualquer tentativa de definir o sujeito ou o psicanalista a partir de uma identidade acabada.

Foi a partir daí que a apresentação de Paulo me fez ressoar, de maneira particular, a pergunta sobre o que faz um psicanalista e o que, de fato, pode qualificá-lo como tal. Mais do que buscar uma definição, o percurso apresentado pareceu deslocar a questão para o campo do ato. Não se trata de encontrar propriedades que permitam dizer "o psicanalista é isto", mas de interrogar o que se produz no ato analítico e quais efeitos podem fazer existir uma posição de psicanalista.

A articulação entre ato, nomeação e estatuto do psicanalista foi especialmente significativa. Se não há uma essência do psicanalista, nem um conjunto de predicados capaz de garantir sua existência como tal, sua posição precisa ser pensada a partir do ato e de seus efeitos. A nomeação, nesse sentido, não parece simplesmente reconhecer uma identidade já constituída, mas colocar em jogo uma posição que se realiza na própria experiência.

Essa questão ganhou ainda mais atualidade quando a discussão se aproximou do lugar que a inteligência artificial vem ocupando diante do sofrimento subjetivo. Se o algoritmo opera a partir de dados e regularidades para produzir respostas, a experiência analítica não se orienta pela oferta de uma resposta que complete o saber do sujeito. Ao contrário, ela se sustenta justamente no ponto em que o saber encontra seu limite, fazendo aparecer aquilo que não se deixa totalizar. Diante da crescente oferta de respostas prontas, a psicanálise preserva um lugar para aquilo que não pode ser imediatamente respondido, reduzido ou transformado em saber disponível.

Nesse sentido, a diferença entre uma resposta que completa e um ato que produz uma divisão me pareceu fundamental. O ato analítico não vem preencher uma falta com um saber, mas operar justamente onde o saber não dá conta. Há, portanto, uma dimensão de corte no ato, uma intervenção que pode produzir uma divisão e fazer surgir algo do sujeito que não estava previamente dado como conhecimento.

O seminário também me permitiu retomar a relação entre inconsciente e transferência. O inconsciente não aparece simplesmente como algo escondido no interior do sujeito, à espera de ser descoberto, mas se produz na experiência analítica, na relação transferencial e no lugar do sujeito suposto saber. Ao se dirigir a esse lugar, o analisante faz consistir o Outro; é nessa relação que algo do sujeito pode aparecer como efeito de divisão, fazendo surgir aquilo que não se deixa representar inteiramente.

É nesse ponto que a formulação de Paulo sobre o Outro e o sujeito ganhou,

para mim, especial importância. Não se trata de afirmar simplesmente que não há Outro ou que não há sujeito, como se essas dimensões estivessem ausentes durante a experiência analítica. Ao contrário, enquanto o analisante se dirige ao sujeito suposto saber, o Outro se faz consistir e o sujeito se apresenta nessa relação. Entretanto, o ato analítico introduz uma ruptura nessa configuração: no instante do ato, desfaz-se a consistência do Outro e a posição do sujeito tal como vinha sendo sustentada pela transferência. O ato opera, assim, como corte, suspendendo as garantias simbólicas que organizavam aquele momento da experiência e produzindo um efeito que não pode ser antecipado inteiramente pelo saber.

É justamente nessa dimensão de corte que o objeto a retorna como aquilo que resiste à totalização e, ao mesmo tempo, causa o desejo. O analista, enquanto suporte desse objeto, ocupa uma função que não se confunde com a de quem possui ou transmite um saber completo. Sua posição depende da sustentação desse lugar de falta. O analista não está ali para completar o sujeito, mas para sustentar uma operação na qual algo da falta possa se apresentar e produzir efeitos.

Fisgou-me em especial a ideia de que o ato analítico é um corte que se autoriza sem garantia. Há aí uma dimensão de risco e de responsabilidade que ultrapassa qualquer domínio meramente técnico. O ato não parece decorrer da aplicação segura de um procedimento previamente estabelecido, mas de uma posição que somente pode ser reconhecida a posteriori, por seus efeitos. É nesse sentido que o ato parece também tocar o estatuto do psicanalista: não é uma identidade que antecede a experiência, mas uma posição que se coloca em jogo e pode ser reconhecida pelos efeitos de sua operação.

Assim, a pergunta pelo estatuto do psicanalista deixa de ser uma pergunta sobre “o que ele é” e passa a se aproximar de uma outra questão: o que, no ato, pode fazer existir um psicanalista? Talvez seja justamente aí que a articulação entre lógica, ato e furo ganhe expressão. A lógica não vem eliminar o furo, mas permite circunscrevê-lo e exprimi-lo; e o ato analítico, por sua vez, não o vem preencher, mas sustentá-lo como condição de uma operação.

Ao final do encontro, ficou a ressonância de que o psicanalista não se sustenta pela promessa de uma completude, nem pela posse de um saber capaz de responder a tudo. Sua posição parece depender da capacidade de operar a partir do ponto em que a totalidade falha, sustentando aquilo que não se deixa capturar inteiramente pelo saber. O ato analítico, como corte que se autoriza sem garantia,

faz operar esse furo e, nesse movimento, possibilita que algo do sujeito possa advir.

Talvez seja justamente essa a pergunta que permanece como efeito: não “o que é o psicanalista?”, mas o que se produz quando alguém se dispõe a ocupar, no ato, o lugar daquele que não vem completar o Outro, mas sustentar a falta a partir da qual o sujeito pode se encontrar com aquilo que, nele, não se deixa totalizar.

Texto elaborado a partir das apresentações de Luisa Sarno e Paulo Gabrielle, sob a coordenação de Pablo Sauce no Seminário Permanente do Instituto de Psicanálise da Bahia (IPB), dedicado ao Seminário 15, O ato psicanalítico, de Jacques Lacan.

REFERÊNCIA:

LACAN, J. O seminário, livro 15: O ato psicanalítico. (1967-1968) Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução: Teresinha N. Meirelles do Prado. Rio de Janeiro: Zahar, 2025. Cap. XIII – O estatuto do psicanalista

Os acontecimentos de Maio

Clara Valverde Melo
Associada ao IPB

Ao escrever algo para trazer sobre os Furos e Ressonâncias do capítulo XV do Seminário 15, percebo o quanto esta leitura e a apresentação de Lucy de Castro e Paulo Gabrielli foram provocadoras e como, de fato, fizeram ressoar. Aqui, não resumirei o que pude entender ou o que o capítulo pareceu falar. Tomando este momento como uma oportunidade de enunciação, assim tentarei fazê-la, colocando questões que para mim ficaram de outras leituras e que conversam com o que foi transmitido.

Para Lacan (1998, p. 322), é "melhor pois que renuncie (à prática analítica) quem não possa unir a seu horizonte a subjetividade de sua época". Volta e meia me fez questão: o que viria a ser estar à altura da subjetividade de sua época? Como nós, praticantes da Psicanálise, podemos contribuir a um debate político? De algum modo, a clínica em consultórios pode nos proteger de participar ativamente de questões sociais e coletivas?

O desejo do analista, como operador fundamental da prática analítica, se opõe a uma prática moralizante, adaptativa e normativa e se sustenta como uma função em que há uma suspensão

da demanda de seu ser. Na Proposição de 9 de outubro de 1967, Lacan (2003) apresentou uma distinção entre a psicanálise em intensão e a psicanálise em extensão em que uma depende da outra, pois a primeira prepara operadores para a segunda, a presentificadora da psicanálise no mundo, não sem enfatizar que, em lugar de destaque, somos todos analisantes.

Assim, de que forma nós fazemos chegar ao discurso público aquilo do que nos ocupamos? Seja no consultório, seja numa psicanálise fora desse recorte, mas orientados por ela, podemos estar em conexão com os acontecimentos que nos atravessam, promovendo uma clínica que sustente uma escuta disso que é vivido em nossos tempos, como enfatizou Lacan (2003, p. 251): "constituir a psicanálise como uma experiência original, levá-la ao ponto em que nela figura a finitude, para permitir o a posteriori, efeito de tempo que, como sabemos, lhe é radical". Porém, quando o social nos convoca a dialogar com outros saberes, como nos posicionamos em nossa função de modo a atingir o coletivo?

Como nos lembrou Paulo e Lucy, lidamos com o sujeito, com o desejo, também com o laço social. Em nosso recado pro mundo, cabe sinalizar que o que fazemos, nos consultórios ou fora dele, é sustentar uma escuta que dê lugar a tudo isso, à palavra em rota livre, mas que também ressalte o furo estrutural entre o saber e a verdade, portanto, não há palavra que dê conta de uma verdade absoluta.

São muitas as perguntas e uma orientação que norteia a complexidade dos questionamentos. O capítulo 15 me remeteu ao Ato de Fundação, à Proposição de 9 de outubro, à Teoria de Turim. Me levou ao trabalho da Rede de Psicanálise Aplicada, ao PsiU, à Nova Política da Juventude, às publicações dos diversos institutos no atual momento de turbulência política. Se, para Lacan, "é o desejo do analista que, em última instância, opera na psicanálise", uma psicanálise aplicada ao grande público é tão exigente quanto aquela que acontece no espaço privado dos consultórios e é disposta a enfrentar os desafios e dificuldades do coletivo.

E, quando tudo parecer difícil, acreditemos na psicanálise, um dispositivo reconhecido, uma distribuição de papéis que fará emergir um sentido, um elo, nesta formação coletiva que se funda na solidão subjetiva do "um a um", "solidão de um sujeito que tem relação com uma causa para defender e promover".

Texto elaborado a partir das apresentações de Paulo Gabrielli e Lucy de Castro, sob a coordenação de Julia Solano, no Seminário de Formação Permanente da Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Bahia, dedicado ao Seminário 15, *O ato psicanalítico*, de Jacques Lacan.

REFERÊNCIAS:

LACAN, J. *O seminário*, livro 15: *O ato psicanalítico*. (1967-1968) Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução: Teresinha N. Meirelles do Prado. Rio de Janeiro:

Zahar, 2025. Cap. V – O percurso de uma análise, p. 78-91.

LACAN, Jacques. Do “Trieb” de Freud e do desejo do analista. (1964). *In:* Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998 b, p. 868.

LACAN, Jacques. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. *In:* Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003, p. 251.

MILLER, Jacques-Alain. Teoria de Turim: sobre o sujeito da Escola. Opção Lacaniana Online, São Paulo, ano 7, n. 21, p. 1-16, nov. 2016. Disponível em: http://www.opcao-lacaniana.com.br/pdf/numero_21/teoria_de_turim.pdf. Acesso em: 8 nov. 2026.

O ano está terminando

Graziela Vasconcelos
Associada ao IPB

O percurso pelo último capítulo do Seminário 15, guiado por Marcela Antelo e Aléssia Fontenelle, ressoou em mim de muitas maneiras, mas um ponto me fisga no exato momento em que se apresenta: primeiro na fala de Marcela, ao desenvolver o que Lacan chamou de *oito interior*, em seguida, na fala de Aléssia, onde ele se pronuncia e marca presença, o que inevitavelmente me faz falar sobre ele: o sujeito suposto saber.

Pareceu-me oportuno que assim tenha sido, considerando *um ano que está terminando*. O sujeito suposto saber é aquele que inaugura o encontro com um analista e que também se despede ao final de uma análise. Quando digo que ele inaugura o encontro, não me refiro à sua vertente imaginária, aquela que faz com que alguém se dirija a um analista acreditando que este sabe algo sobre o seu ser. Refiro-me ao sujeito suposto saber que se instala pelo que se engendra do significante da transferência: o analista no lugar de deslocamento do inconsciente.

Como nos lembrou Aléssia, a questão decisiva colocada por Lacan no Seminário 15, - a de "como transmitir uma prática que exige elaboração teórica,

mas cujo ato não encontra no saber sua garantia?” - tem como resposta o fato de que a transmissão opera por meio de uma intervenção capaz de deslocar a posição daquele que escuta. Nesse ponto, algo se ilumina para mim. Ora, não é exatamente disso que se trata no sujeito suposto saber? Em seu sentido estrito, ele não se instaura por meio de um saber ou a partir de uma resposta formulada. É a intervenção do analista, por meio de seu ato, que engendra uma transmissão não dialetizável, a qual, precisamente, inaugura a transferência e faz operar o inconsciente. Se o sujeito suposto saber instala uma análise, é ela que, por seu percurso, poderá, ao fim, destituir aquele que a instaurou. A queda do analista de seu lugar idealizado de saber expõe a sua posição de objeto *a*-dejeto, desse que cai como resto e permite ao analisante seguir.

Se observarmos com especial cuidado, é possível ver o sujeito suposto saber operar como vetor que permite a transmissão do próprio ensino de Lacan. Seus conceitos e elaborações estavam permanentemente em questão, colocando em evidência um Lacan contra Lacan, que não autorizava ninguém a concluir, mas apenas a relançar e produzir uma enunciação própria. É nesse ponto que podemos pensar a queda do sujeito suposto saber, a qual, ao desconsistir um saber todo, faz avançar e sustentar a transmissão da psicanálise no mundo.

Feliz Ano Novo!

Texto elaborado a partir das apresentações de Marcela Antelo e Aléssia Fontenelle, sob a coordenação de Iordan Gurgel, no Seminário de Formação Permanente da Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Bahia, dedicado ao Seminário 15, *O ato psicanalítico*, de Jacques Lacan.

REFERÊNCIAS:

LACAN, Jacques. O ano está terminando. In: LACAN, Jacques. O seminário, livro 15: o ato psicanalítico (1967-1968). Rio de Janeiro: Zahar, 2025. Cap. XVI. Pg 243-256.

